



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CATÁLOGO DE
DESEMBARGADORES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REPÚBLICA
PARTE I: 1891 A 1946





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento

Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário

CATÁLOGO DE

DESEMBARGADORES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

REPÚBLICA – PARTE I: 1891 A 1946

Corte de Apelação (1891-1934) e Tribunal de Apelação (1934-1937) do Distrito Federal.

Tribunal da Relação (1891-1934), Corte de Apelação (1934-1937) e Tribunal de Apelação (1934-1937) do Estado do Rio de Janeiro.

2020
TJERJ

R 585 Rio de Janeiro (Estado). Tribunal de Justiça.

Catálogo de Desembargadores do Estado do Rio de Janeiro: República – Parte1: 1891 a 1946 / Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro, RJ : Tribunal de Justiça, 2020. 140 p. : il. ; 16 cm.

Conteúdo: Pt.1 Corte de Apelação (1891-1937) e Tribunal de Apelação do Distrito Federal (1937- 1946). Tribunal da Relação (1891-1934), Corte de Apelação (1934-1937) e Tribunal de Apelação do Estado do Rio de Janeiro (1937-1946).

Bibliografia e Índice.

ISBN 978-85-60435-03-6

1. Poder Judiciário – História – Rio de Janeiro (Estado). 2. Poder Judiciário Rio de Janeiro (Estado) – Catálogos. 3. Rio de Janeiro (Estado) – Tribunal de Justiça - História. 4. Período Republicano (1891–1946) – Brasil. I. Tavares, Cláudio de Mello (Apres.). II. Rio de Janeiro (Estado). Tribunal de Justiça. Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento. Museu da Justiça – Centro Cultural do Poder Judiciário III. Título.

CDU 342.56(815.3)



PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Des. Claudio de Mello Tavares
PRESIDENTE

**Diretoria-Geral de Comunicação
e de Difusão do Conhecimento**

Solange Rezende Carvalho Duarte
DIRETORA-GERAL

**Departamento de Gestão
e Disseminação do Conhecimento**

Marcus Vinícius Domingues Gomes
DIRETOR

**Museu da Justiça – Centro Cultural
do Poder Judiciário**

Sergio Ricardo von Sydow
DIRETOR



MUSEU DA JUSTIÇA
CENTRO CULTURAL DO
PODER JUDICIÁRIO

CATÁLOGO DE DESEMBARGADORES
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
República - Parte I: 1891 a 1946

IDEALIZAÇÃO E ORIENTAÇÃO
**Comissão de Preservação
da Memória Judiciária**

Des. Décio Xavier Gama
Des. Elmo Guedes Arueira
Des. Antônio Izaias da Costa Abreu
Des. Ronald dos Santos Valladares
Des. Orlando de Almeida Secco

COORDENAÇÃO GERAL
**Museu da Justiça – Centro Cultural
do Poder Judiciário**

Sergio Ricardo von Sydow
DIRETOR

PESQUISA HISTÓRICA E TEXTOS
**Serviço de Acervo Textual, Audiovisual
e de Pesquisas Históricas – SEATA**

Gilmar de Almeida Sá
CHEFE DE SERVIÇO

EQUIPE

Alexandra Lucia Porto Daibert
Ana Paula Silveira de Andrade
Fábio dos Santos Teixeira
Fernanda Coutinho Monteiro

PRODUÇÃO EDITORIAL
**Museu da Justiça – Centro Cultural
do Poder Judiciário**

Sergio Ricardo von Sydow
DIRETOR

IDENTIDADE VISUAL
Serviço de Identidade Visual – SEIVI

Luiz Felipe Barreto
CHEFE DE SERVIÇO

Designer
Fernando Braga

Estagiária de Design
Maryan França

IMPRESSÃO
**Serviço de Programação
e Produção Gráfica – SEGRA**

Eduardo Brandão Capri
CHEFE DE SERVIÇO

REVISÃO DE PORTUGUÊS
Carlos Henrique Costa
DGCOM/DECCO/DICAC/SEDIF

APRESENTAÇÃO

A publicação que temos a honra de apresentar corresponde à segunda etapa do trabalho de revisão e atualização do “Catálogo de Desembargadores da Justiça do Estado do Rio de Janeiro” (1751 a 1991), sugerido pela Comissão de Preservação da Memória Judiciária (COMEMO). A primeira fase da pesquisa foi publicada em 2018, sob o título “Desembargadores da Justiça no Rio de Janeiro: Colônia e Império”.

A obra atual consiste na organização de dados biográficos dos magistrados que compunham os tribunais de justiça sediados nos antigos Distrito Federal e Estado do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do período republicano, mais especificamente no período de 1891 a 1946, quando o Estado brasileiro enfrentou significativas transformações, que também abrangeram o Poder Judiciário.

No ano do 130º aniversário da Proclamação da República no Brasil, a elaboração e divulgação deste livro também visa ofertar, de forma sistematizada, informações acerca de personagens que, no cumprimento de suas funções judicantes, contribuíram para a formação e o desenvolvimento do Estado brasileiro em um período importante de sua história. E mais: auxiliar magistrados, funcionários, instituições acadêmicas e estudiosos da História do Direito no desenvolvimento de suas pesquisas.

As pesquisas foram realizadas pela equipe do Serviço de Acervo Textual, Audiovisual e de Pesquisas Históricas (SEATA) e constituem mais uma importante contribuição do Museu da Justiça-Centro Cultural do Poder Judiciário (CCMJ) em sua missão de preservar e difundir a memória da Justiça no Rio de Janeiro.

Desembargador

Claudio de Mello Tavares
Presidente do Tribunal de Justiça
do Estado do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

- 9 **Introdução**
- 13 **Corte de Apelação
e Tribunal de Apelação
do Distrito Federal (1891-1946)**
- 77 **Tribunal da Relação,
Corte de Apelação e Tribunal
de Apelação do Estado
do Rio de Janeiro (1891-1946)**
- 108 **Bibliografia e Fontes**
- 123 **Índice Onomástico**

INTRODUÇÃO

No dia 15 de novembro de 1889, militares apoiados por políticos da capital destituíram o Imperador D. Pedro II e extinguíram a monarquia no Brasil. Em seu lugar foi instaurado o sistema republicano e federativo de governo. A nova realidade política, social e econômica acentuava a necessidade de atualização do ordenamento jurídico.¹

Foi neste sentido que, em outubro de 1890, entrou em vigor o Código Penal em substituição ao Código Criminal do Império, que vigia desde

1830, ao passo que o primeiro Código Civil brasileiro só seria publicado no ano de 1916.²

Em fevereiro de 1891, foi promulgada a primeira Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil, que recebera forte influência da Constituição dos Estados Unidos da América, país tido por modelo de estado federativo. O projeto da nova Carta Constitucional foi elaborado por uma comissão de juristas, instituída pelo Decreto nº 29, de 2 de dezembro de 1889,

¹ A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA, OCORRIDA NO ANO ANTERIOR, TAMBÉM TROUXE MUDANÇAS SIGNIFICATIVAS PARA OS RUMOS DO PAÍS.

² O ARTIGO 179, INC. XVIII DA CONSTITUIÇÃO DE 1824, ESTABELECEIA QUE SERIAM ELABORADOS COM URGÊNCIA OS CÓDIGOS CIVIL E CRIMINAL. NO ENTANTO, A INDEFINIÇÃO QUANTO À CONDIÇÃO JURÍDICA A SER ATRIBUÍDA AOS ESCRAVIZADOS DENTRO DO ORDENAMENTO LEGAL E A ABRANGÊNCIA DO CONCEITO DE CIDADANIA CONSTITUÍRAM UM GRANDE OBSTÁCULO À FORMULAÇÃO DO CÓDIGO CIVIL.

VER: WEHLING, ARNO. O ESCRAVO ANTE A LEI CIVIL E PENAL NO IMPÉRIO. IN: WOLKMER, ANTONIO CARLOS (ORG.). FUNDAMENTOS DE HISTÓRIA DO DIREITO. BELO HORIZONTE: EDITORA DEL REY, 2006.

Fundamentado nos preceitos federalistas, o texto constitucional apresentava um viés descentralizador, proporcionando considerável grau de autonomia às antigas províncias, que passaram a ser denominadas estados. Foi atribuída a estes, entre outras prerrogativas, a criação de constituições estaduais, mas que observassem os princípios gerais estabelecidos na Constituição da República.

Em relação ao Poder Judiciário, uma importante mudança trazida pela Carta Magna foi o estabelecimento da coexistência de uma dupla justiça, a federal e a dos estados, cada uma com a sua esfera própria de atribuições, em contraste com o modelo unitário que vigorava anteriormente e que reproduzia o caráter centralizador do Estado imperial.⁴

Antes mesmo da promulgação da Constituição, o Decreto nº 1.030, de 14 de novembro de 1890, organizou o Judiciário do Distrito Federal e instituiu a Corte de Apelação como instância mais elevada. Ao passo que a Justiça do antigo Estado do Rio de Janeiro foi organizada pelo Decreto nº 272, de 29 de junho de 1891, que criou o Tribunal da Relação. Havia a Carta de 1891 deixado aos estados a escolha da denominação de seus tribunais de 2º grau, reservando, porém, à lei federal a do Distrito Federal.

A Constituição de 1934 manteve o modelo dual, apoiado na separação entre justiça federal e justiças estaduais, e uniformizou o nome de Corte de Apelação para seus tribunais. A Carta de 1937, porém, suprimiu a Justiça Federal de primeiro grau e manteve

³ A CONSTITUIÇÃO DO PERÍODO IMPERIAL, FUNDAMENTADA NA TEORIA DO ESCRITOR E POLÍTICO FRANCÊS BENJAMIN CONSTANT (1767-1830), ADOTOU UM QUARTO PODER, DENOMINADO “PODER MODERADOR”. DE ACORDO COM O PENSADOR FRANCÊS, DEVERIA ATUAR DE FORMA NEUTRA E CONCILIATÓRIA ENTRE OS DEMAIS PODERES E ACIMA DOS INTERESSES POLÍTICOS. NO BRASIL, GEROU UMA EXCESSIVA CONCENTRAÇÃO DE AUTORIDADE SOB O EXECUTIVO, NA PESSOA DO IMPERADOR.

⁴ VER: ARAÚJO, ROSALINA CORRÊA DE. O ESTADO E O PODER JUDICIÁRIO NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: LUMEN JURIS, 2000.

o Poder Judiciário afastado das questões políticas. Apesar de seu caráter autoritário, estabeleceu normas específicas viabilizando a organização judiciária dos estados, inclusive o nome de Tribunal de Apelação para seus órgãos superiores. O restabelecimento da ordem democrática só ocorreria com o fim do Estado Novo e o advento da Constituição de 1946, que preferiu a designação de Tribunal de Justiça.

Ressalte-se que as mudanças sucessivas dos nomes dos tribunais de segunda instância não alteraram as suas composições ou a ordem da investidura, mantendo-se a antiguidade de cada desembargador desde a posse no tribunal de origem.

Há que se frisar também que completam os registros funcionais as referências, nos dados biográficos, a cargos e atividades anteriores, paralelos ou posteriores à posse, revelando a personalidade pública e os predicados intelectuais de cada desembargador.

Durante os primeiros anos do período abordado por este trabalho (1891-1946), os tribunais do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro ocuparam, diferentes sedes em prédios adaptados e que não dispunham de estrutura adequada ao funcionamento do Poder Judiciário, até que, na década de 1920, o poder público em âmbito federal e estadual resolveu investir na construção de edifícios com o objetivo de abrigar dignamente as cortes de Justiça desses entes federativos.

Assim, tanto a Justiça do Estado do Rio de Janeiro quanto a do Distrito Federal foram contempladas com Palácios, onde os seus tribunais foram instalados, respectivamente em 1920 e 1926. Esses edifícios foram construídos para atender a demanda processual daquela época, mas hoje fazem parte do patrimônio cultural do Poder Judiciário e da sociedade fluminense. Além de ostentarem estilos arquitetônicos de rara beleza, são verdadeiros lugares de memória da Justiça do novo Estado do Rio de Janeiro, resultante da fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, em 1975, e palcos das decisões judiciais proferidas por seus magistrados.



QUADRO COM REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA “COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE APELAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL – ANO 1943”. ACERVO DO CCMJ.

DA CORTE AO TRIBUNAL DE APELAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL (1891-1946)

A Corte de Apelação do Distrito Federal foi instalada em 9 de março de 1891, em sessão presidida pelo desembargador Eduardo Pindahyba de Mattos, na sala de sessões da extinta Relação da Corte, na Rua do Lavradio.

O Tribunal era integrado por 12 desembargadores e a sua estrutura apresentava uma câmara cível, uma câmara criminal e um Conselho Supremo, formado pelo presidente, pelo vice-presidente e pelo juiz mais antigo.

A composição numérica da Corte foi sucessivamente modificada para 15 desembargadores em 1905 (Lei nº 1.338), 22 em 1930 (Decreto nº 19.408), 23 em 1940 (Decreto-Lei nº 2.035) e 27 em 1945 (Decreto-Lei nº 8.527).

Em 6 de novembro de 1926, a Corte de Apelação foi instalada em um Palácio da Justiça especialmente construído para lhe servir de sede, na Rua Dom Manuel, no centro do Rio de Janeiro. Esse prédio, onde foi assinado o Código Penal pelo presidente da República Getúlio Vargas, em 1940, passou por significativa reforma na gestão do desembargador Vicente Ferreira da Costa Piragibe (1937-1940).

Nos termos da Constituição Federal outorgada em 10 de novembro de 1937, a Corte teve a sua denominação alterada para Tribunal de Apelação do Distrito Federal, até o advento da Carta promulgada em 1946.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Eduardo Pindahyba de Mattos	1891	1894 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1831 - Maranhão	1913 - Petrópolis (Rio de Janeiro)	<p>Presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1892-1894).</p> <p>Juiz municipal e de órfãos dos termos de Itaguaí (1854) e Mangaratiba (1855), juiz de direito das comarcas de Mogi Mirim (1858), na província de São Paulo, Turiaçu (1861), na província do Maranhão, Resende (1868) e Barra Mansa (1874), chefe de polícia nas províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul (1859), Minas Gerais (1862), Espírito Santo (1863), Pernambuco (1865) e Rio de Janeiro (1867), e da Corte (1879), vice-presidente das províncias do Espírito Santo (1863) e Rio de Janeiro (1867), desembargador das Relações de Fortaleza (1878) e da Corte (1880), ministro-adjunto do Conselho Supremo Militar e de Justiça (1881), conselheiro (1885), e presidente do Supremo Tribunal Federal (1908-1910).</p>

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Antonio de Souza Martins	1891	1894 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1829 - Vila de Oeiras (Piauí)	1896 - Rio de Janeiro (cidade)	Vice-presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1893-1894). Promotor público de Jaicós (1854), na província do Piauí, juiz municipal e de órfãos do termo de Santo Antônio da Patrulha (1859), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, juiz de direito das comarcas de Alegrete (1860), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Taubaté (1864), na província de São Paulo, Itapecuru Mirim (1866), na província do Maranhão, e Paraíba (1873), chefe de polícia nas províncias do Espírito Santo (1862), Minas Gerais (1863) e Rio Grande do Sul (1880), desembargador das Relações de Cuiabá (1878) e Ouro Preto (1880), da qual foi procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional, e de Porto Alegre (1881), da qual foi presidente (1882-1889). Foi também conselheiro (1883), ministro-adjunto do Conselho Supremo Militar e de Justiça (1891), ministro do Supremo Tribunal Federal (1894-1896) e procurador-geral da República (1894).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Francisco de Faria Lemos	1891	1892 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1828 - Recife (Pernambuco)	1904 - Rio de Janeiro (cidade)	Presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1891-1892). Juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Quixeramobim e Riacho do Sangue (1853), e do termo de Aracati (1857), na província do Ceará, juiz de direito das comarcas de Paranaguá (1858), na província do Paraná, Boavista (1859), na província do Amazonas, e Santarém (1864), na província do Pará, e da 2ª Vara da Corte (1871), chefe de polícia nas províncias do Piauí (1859), Ceará (1864), Rio Grande do Norte (1868) e Pernambuco (1868), e na Corte (1869), presidente das províncias de Pernambuco (1872), Ceará (1876), São Pedro do Rio Grande do Sul (1877) e Minas Gerais (1886), desembargador das Relações de Fortaleza (1879) e da Corte (1886), da qual foi presidente (1888-1890). Aposentou-se no Supremo Tribunal Federal, em 1894.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Esperidião Eloy de Barros Pimentel	1891	1892 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1823 - Alagoas	1906 - Rio de Janeiro (cidade)	Juiz de direito das comarcas de Flores (1854), na província de Pernambuco, Imperatriz (1855), na província de Alagoas, Santos (1861, na província de São Paulo, e Paraibuna (1882), na província de Minas Gerais, chefe de polícia da província de Alagoas (1856) e da Corte (1860), deputado à Assembleia Geral Legislativa (1861-1868 e 1877-1881), presidente das províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul (1863-1864), Alagoas (1865-1866), Rio de Janeiro (1866-1868) e Bahia (1884), desembargador das Relações de São Paulo (1882) e da Corte (1885). Aposentou-se no Supremo Tribunal Federal, em 1893.
Antonio Joaquim Rodrigues	1891	1905 (Aposentadoria)	1827 - Bahia	1906 - Rio de Janeiro (cidade)	Presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1894-1904). Juiz municipal e de órfãos do termo de Serra e dos termos reunidos de Linhares, Santa Cruz e Nova Almeida (1854), na província do Espírito Santo, juiz de direito das comarcas de Porto Imperial (1862), na província de Goiás, Iguape (1863) e Taubaté (1865), na província de São Paulo, e Paraibuna (1879), na província de Minas Gerais, chefe de polícia nas províncias do Maranhão (1867) e Espírito Santo (1868), presidente da província do Espírito Santo (1885), desembargador da Relação de Cuiabá (1882), da qual foi procurador da Coroa, e da Relação da Corte (1886).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
José Alves de Azevedo Magalhães	1891	1900 (Falecimento)	1838	1900 - Rio de Janeiro	Vice-presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1895-1900). Juiz municipal e de órfãos de Capivari (1859), atual Silva Jardim, e São Leopoldo (1861), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, juiz de direito das comarcas de Rio Bonito (1871) e Cantagalo (1872), e desembargador da Relação da Corte (1886).
Luiz Antonio Fernandes Pinheiro	1891	1905 (Falecimento)	1835 - Rio de Janeiro (cidade)	1905 - Rio de Janeiro (cidade)	Vice-presidente (1900-1904) e presidente (1905) da Corte de Apelação do Distrito Federal. Juiz municipal dos termos reunidos de Itaboraí e Santo Antônio de Pádua (1860), e do termo de Cantagalo (1861), juiz de direito das comarcas de São Borja (1866), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, São João do Príncipe (1871), Iguaçu (1872) e Campos (1875), presidente da província do Espírito Santo (1868), chefe de polícia na província de Pernambuco (1869), desembargador da Relação da Corte (1886) e ministro-adjunto do Conselho Supremo Militar e de Justiça (1891). Homenageado com o nome de Rua Desembargador Fernandes Pinheiro, na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Bento Luiz de Oliveira Lisboa	1891	1892 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1836 - Rio de Janeiro	1905 - Rio de Janeiro (cidade)	Promotor público do termo de Itaboraí (1860), juiz municipal e de órfãos dos termos de Campos (1861) e Resende (1862), deputado da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro (1862-1863), juiz de direito das comarcas dos Reis Magos (1865), na província do Espírito Santo, São Borja (1868), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Bananal (1868), na província de São Paulo, São João do Príncipe (1872), e Vassouras (1873), e da 2ª Vara Comercial da Corte (1878), chefe de polícia (1872) e presidente (1872-1873) da província do Rio de Janeiro, diretor-geral da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça (1877), conselheiro (1877), presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1886), e desembargador da Relação da Corte (1886). Aposentou-se no Supremo Tribunal Federal, em 1893.
Guilherme Cordeiro Coelho Cintra	1891	1905 (Aposentadoria)	1835	1910	Vice-presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1905). Chefe de polícia da Província de Santa Catarina (1870), juiz de direito da comarca de Magé (1872) e da 2ª Vara Cível da Província do Rio de Janeiro (1879), desembargador das Relações de São Luís (1886) e da Corte (1890).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Manoel José Espinola	1891	1906 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1841 - Bahia	1912 - Rio de Janeiro (cidade)	Juiz municipal e de órfãos dos termos de Rio Preto (1863), na província de Minas Gerais, e Cantagalo (1864), juiz de direito das comarcas de Macapá (1871), na província do Pará, e Santa Maria Madalena (1874), chefe de polícia nas províncias do Piauí (1870) e Sergipe (1872), Bahia (1874) e Rio de Janeiro (1886), e da Corte (1888), 1º vice-presidente da província do Piauí (1870-1873), desembargador da Relação da Corte (1888), conselheiro (1889) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1906-1912).
Antonio Augusto Ribeiro de Almeida	1891	1896 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1838 - Maricá (Rio de Janeiro)	1919 - Rio de Janeiro (cidade)	Promotor público de Itaboraí (1865), juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Caravelas, Viçosa e Porto Alegre (1865), na província da Bahia, juiz de direito das comarcas de São José (1869) e São Miguel (1869), na província de Santa Catarina, Cantagalo (1871) e Nova Friburgo (1872), e da 2ª Vara de Órfãos da Corte (1886), chefe de polícia do Rio de Janeiro (1885), desembargador da Relação da Corte (1888), ministro do Supremo Tribunal Federal (1896-1898) e procurador-geral da República (1898-1901). Homenageado com o nome de Rua Ribeiro de Almeida, no bairro de Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Antonio Joaquim de Macedo Soares	1891	1892 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1838 - Maricá (Rio de Janeiro)	1905 - Rio de Janeiro (cidade)	Juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Saquarema e Araruama (1862), deputado da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro (1870), juiz de direito das comarcas de São José e Campo Largo (1874), na província do Paraná, Mar de Espanha (1876), na província de Minas Gerais, e Cabo Frio (1882), e da 2ª Vara Comercial da Corte (1886), ministro do Supremo Tribunal Federal (1892-1905). Colaborou nos periódicos <i>Correio Paulistano</i> , <i>Revista Popular e Correio Mercantil</i> . Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>Da liberdade religiosa no Brasil: estudo de direito constitucional</i> (1874); <i>Nobiliarquia fluminense ou genealogia das principais e mais antigas famílias da Corte e Província do Rio de Janeiro</i> (1878); <i>Questões de direito e praxe criminal, civil, comercial, orfanológico e administrativo</i> (1887); e <i>Dicionário brasileiro da língua portuguesa</i> (1889). Homenageado com o nome de Rua Conselheiro Macedo Soares, na Lagoa, na cidade do Rio de Janeiro.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Ernesto Francisco de Lima Santos	1892	1897 (Aposentadoria)	1835 - Bahia	1908	Juiz de direito da comarca de Rio Negro (1873), na província do Amazonas, chefe de polícia nas províncias do Piauí (1874) e da Paraíba (1875), juiz de direito das comarcas de Xiririca (1876) e Bananal (1878), na província de São Paulo, Antonina e Morretes (1879), na província do Paraná, e da 1ª Vara do Crime de Porto Alegre (1882), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul. No Distrito Federal, foi subprocurador da República (1890) e juiz do Tribunal Civil e Criminal (1891).
Honório Teixeira Coimbra	1892	1897 (Aposentadoria)	1842 - Niterói (Rio de Janeiro)	1901	Promotor público da comarca de Campos (1868), deputado da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro (1870), juiz de órfãos de Campos (1871), juiz de direito das comarcas de Cruz Alta (1873), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, São Sebastião de Tijucas (1873), na província de Santa Catarina, Bagé (1879) e Rio Grande (1881), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, auditor de Marinha da Corte (1887), juiz da 2ª Vara de Órfãos da Corte (1888) e juiz do Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal (1890).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Antonio Gonçalves de Carvalho	1892	1898 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1843 - Rio de Janeiro	1901 - Rio de Janeiro (cidade)	Juiz de direito das comarcas de Bagagem (1870), atual Estrela do Sul, na província de Minas Gerais, Cuiabá (1871), na província de Mato Grosso, Jaguarão (1876), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e Valença (1885), e da 1ª Vara Comercial da Capital Federal (1890), juiz do Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal (1890) e ministro do Supremo Tribunal Federal (1898-1901).
Agostinho de Carvalho Dias Lima	1892	1912 (Aposentadoria)	1844 - Bahia	1912 - Rio de Janeiro (cidade)	Presidente (1906) e 1º vice-presidente (1912) da Corte de Apelação do Distrito Federal. Juiz municipal dos termos de Taperoá (1868) e Lenções (1868), na província da Bahia, juiz substituto na província da Bahia (1871), juiz de direito das comarcas de Bom Jardim (1874) e Caruaru (1878), na província da Bahia, e Tietê (1887), na província de São Paulo, auditor de guerra da Corte (1888) e juiz do Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal (1890), do qual foi 1º vice-presidente (1891).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Cassiano Cândido Tavares Bastos	1894	1919 (Falecimento)	1844 - Alagoas	1919 - Rio de Janeiro (cidade)	<p>Presidente (1907), 2º vice-presidente (1912) e 1º vice-presidente (1916-1919) da Corte de Apelação do Distrito Federal. Promotor público na província do Espírito Santo (1871), juiz de direito das comarcas de Maria Pereira (1877), na província do Ceará, Curitibaanos (1879), na província de Santa Catarina, e Guaratinguetá (1882), na província de São Paulo, chefe de polícia no estado de Alagoas (1889), onde foi eleito senador (1890), e juiz do Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal (1892). Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>Consolidação das leis sobre organização judiciária quanto ao processo civil e comercial, contendo as decisões do governo, jurisprudência dos tribunais e opiniões de juristas consultos pelo juiz de direito Cassiano C. Tavares Bastos</i> (1885); <i>empregos e ofícios de justiça, ou, regulamento a que se refere o Decreto nº 9.420, de 28 de abril de 1885, contendo os regimentos dos tabeliães, escrivães, contadores, partidores, distribuidores e oficiais de justiça, com a íntegra de toda a legislação referente aos mesmos assuntos, tudo organizado e anotado pelo juiz de direito Cassiano C. Tavares Bastos</i> (1886); e <i>Processo das execuções cíveis, comerciais e hipotecárias, contendo as respectivas disposições legislativas e regulamentares, jurisprudência dos tribunais e opiniões de praxistas</i> (1887).</p>

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
José Cesario de Miranda Ribeiro	1894	1907 (Falecimento)	1854 - Barbacena (Minas Gerais)	1907 - Niterói (Rio de Janeiro)	Presidente da província do Paraná (1888), juiz de direito das comarcas de Botucatu (1889), na província de São Paulo, e Lima Duarte (1890), no estado de Minas Gerais, e do Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal (1891).
João Galvão da Costa França	1896	1896 (Aposentadoria)	Guaratinguetá (São Paulo)	1901	Juiz municipal e de órfãos do termo de Santa Maria Madalena (1862), juiz de direito da comarca de São João do Príncipe (1877), chefe de polícia da província do Rio de Janeiro (1879), juiz de direito da comarca de Magé (1881), e juiz do Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal (1890).
Henrique João Dodsworth	1896	1908 (Falecimento)	Rio de Janeiro (cidade)	1908 - Paris	Presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1908). Juiz substituto da Corte (1874), juiz de direito das comarcas de Cavalcante (1877), na província de Goiás, e Capivari (1878), na província de São Paulo, auditor de Marinha da Corte (1888), e juiz do Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal (1890), do qual foi vice-presidente (1895).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Antonio Ferreira de Souza Pitanga	1897	1918 (Falecimento)	1850 - Bahia	1918 - Niterói (Rio de Janeiro)	<p>Presidente (1909) e 2º vice-presidente (1916-1918) da Corte de Apelação do Distrito Federal.</p> <p>Juiz de direito das comarcas de Curitiba (1880), na província de Santa Catarina, Limoeiro (1885), na província de Pernambuco, e Fortaleza (1889), na província do Ceará, chefe de polícia da província do Espírito Santo (1882) e juiz do Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal (1890). É autor de <i>O selvagem perante o direito</i> (1901), artigo referente aos direitos indígenas, publicado na <i>Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro</i>, e da obra <i>Organização penitenciária nos países latino-americanos</i> (1907).</p>
Salvador Antonio Muniz Barreto de Aragão	1897	1907 (Falecimento)	1853 - Cachoeira (Bahia)	1907 - Rio de Janeiro (cidade)	<p>Promotor público da comarca de Valença (1875), juiz substituto de Niterói (1878) e da 1ª Vara da Corte (1884), juiz de direito da comarca de Jundiá (1887), na província de São Paulo, e chefe da polícia da província do Rio de Janeiro (1888). No Distrito Federal, foi juiz dos casamentos (1890) e do Tribunal Civil e Criminal (1890).</p>

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
João da Costa Lima Drummond	1898	1914 (Falecimento)	1865 - Rio de Janeiro	1914 - Petrópolis (Rio de Janeiro)	Presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1910). Promotor público da Corte (1889), juiz do Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal (1894) e professor da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, da qual foi diretor (1906). São de sua autoria as obras: <i>Conjuração mineira: quinta conferência acadêmica realizada no Liceu de Artes e Ofícios, no dia 8 de setembro de 1883</i> e <i>Estudos de direito criminal</i> (1898).
Afonso Lopes de Miranda	1900	1924 (Posto em disponibilidade) ⁵	Pernambuco	1926 - Rio de Janeiro (cidade)	Presidente (1911) e 1º vice-presidente (1923) da Corte de Apelação do Distrito Federal. Juiz municipal e de órfãos do termo de Areias (1881), na província de São Paulo, juiz de direito das comarcas de Rio Verde (1887), na província de Goiás, e Rio Novo (1888), na província de Minas Gerais, e juiz do Tribunal Civil e Criminal do Distrito Federal (1891).

⁵ COM BASE NO ART. 338 DO DECRETO Nº 16.273, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1923, QUE REORGANIZOU A JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Caetano Pinto de Miranda Montenegro	1905	1929 (Falecimento)	1851 - Rio de Janeiro (cidade)	1929	Presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1916-1924). Juiz substituto da Corte (1877) e juiz de direito da comarca de Ubá (1886), na província de Minas Gerais. No Distrito Federal, foi pretor (1890) e juiz do Tribunal Civil e Criminal (1892). Em 1931, foi homenageado com a inauguração de um busto de bronze, em solenidade realizada na Corte de Apelação do Distrito Federal.
Francisco José Viveiros de Castro	1905	1906 (Falecimento)	1862 - Maranhão	1906 - Rio de Janeiro (cidade)	Deputado provincial do Maranhão (1886-1887) e presidente da província do Piauí (1887-1888). No Distrito Federal, foi promotor público (1890) e juiz do Tribunal Civil e Criminal (1894). Foi também professor da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. É autor da obra <i>Atentados ao pudor: estudo sobre as aberrações do instinto sexual</i> (1895).
Edmundo Muniz Barreto	1905	1910 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1864 - Rio de Janeiro (cidade)	1934 - Rio de Janeiro (cidade)	Juiz municipal do termo de São Borja (1886), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, juiz substituto da Corte (1888) e juiz de direito da comarca de São Borja (1890), no estado do Rio Grande do Sul. No Distrito Federal, foi pretor (1890), juiz do Tribunal Civil e Criminal (1894) e chefe de polícia (1901). Foi também procurador-geral da República (1911-1919).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Ataulpho Napolés Paiva	1905	1934 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1865 - São João Marcos (Rio de Janeiro)	1955 - Rio de Janeiro (cidade)	<p>Presidente (1912 e 1925-1926) e 2º vice-presidente (1919-1923 e 1930-1932) da Corte de Apelação do Distrito Federal.</p> <p>No Distrito Federal, foi pretor (1890) e juiz do Tribunal Civil e Criminal (1897). Foi também presidente da Academia Brasileira de Letras – ABL (1937) e do Conselho Nacional do Serviço Social. Em sua administração à frente da Corte da Apelação, foi inaugurado, em 6 de novembro de 1926, o Palácio da Justiça, na Rua Dom Manuel, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Aposentou-se em 1937, como ministro do Supremo Tribunal Federal. São de sua autoria as obras: <i>O Brasil no Congresso Internacional de Direito Comparado de Paris</i> (1900); <i>Justiça e assistência: os novos horizontes</i> (1916) e <i>Os loucos criminosos e os criminosos loucos</i> (1936). Homenageado com o nome de Avenida Ataulfo de Paiva, no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro.</p>

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Celso Aprigio Guimarães	1905	1928 (Falecimento)	1859 - Recife (Pernambuco)	1928 - Rio de Janeiro (cidade)	Presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1913 e 1927-1928). Promotor público na comarca de Araruama (1883), juiz municipal do termo de Maricá (1884), juiz de direito das comarcas de Santo Inácio do Pinheiro (1890), na província do Maranhão, e Encruzilhada (1890), no estado do Rio Grande do Sul. No Distrito Federal, foi pretor (1890) e juiz do Tribunal Civil e Criminal (1896), do qual foi vice-presidente (1904).
Bellarmino da Gama e Souza	1905	1909 (Falecimento)	Alagoas	1909 - Londres	No Distrito Federal, foi pretor (1891) e juiz de direito do Tribunal Civil e Criminal (1896), da 1ª Vara Cível (1905) e da 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1905).
José Luiz de Bulhões Pedreira	1906	1912 (Aposentadoria)	1865	1925 - Paris	No Distrito Federal, foi adjunto de promotor público (1893), promotor público (1894), juiz de direito do Tribunal Civil e Criminal (1897), da 3ª Vara Cível (1905) e da 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1905).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Enéas Galvão	1906	1912 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1863 - São José do Norte (Rio Grande do Sul)	1916 - Petrópolis (Rio de Janeiro)	Promotor público na comarca de Barra Mansa (1886) e juiz substituto da comarca de Vassouras (1889), e 2º juiz substituto da Corte (1889). No Distrito Federal, foi 3º juiz substituto (1890), pretor da 6ª Pretoria (1890), juiz de direito do Tribunal Civil e Criminal (1898) e da Vara da Provedoria e Resíduos (1905). Foi também ministro do Supremo Tribunal Federal (1912-1916). São de sua autoria as obras: <i>Miragens</i> (1885), coletânea de poesias; e <i>Dualidade da Justiça no Distrito Federal: confronto dos sistemas judiciários brasileiro, argentino e americano</i> (1907).
Zacharias do Rego Monteiro	1907	1907 (Falecimento)	1864 - Natal (Rio Grande do Norte)	1907 - Rio de Janeiro	Juiz substituto da comarca de Barra do Pirai (1890) e juiz de direito da comarca de Carmo (1895). No Distrito Federal, foi juiz da 4ª Pretoria (1897), juiz de direito do Tribunal Civil e Criminal (1900) e da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1905).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Pedro de Alcântara Nabuco de Abreu	1907	1937 (Aposentadoria)	1865 - Rio de Janeiro	1942 - São Paulo (cidade)	Presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1914 e 1929-1932) Na Província do Rio de Janeiro, foi promotor público na comarca de Cantagalo (1889) e, no Distrito Federal, pretor (1890), juiz de direito do Tribunal Civil e Criminal (1900) e fundador do Patronato de Menores (1908), do qual foi presidente honorário.
Julio de Barros Raja Gabaglia	1907	1912 (Aposentadoria)	C. 1864	1913	Na província de Minas Gerais, foi promotor público da comarca de Muriaé (1887) e de Santa Bárbara (1888), e juiz municipal do termo de Muriaé (1889) e, no Distrito Federal, juiz das 12ª (1891), 8ª (1895) e 2ª (1899) Pretorias, juiz de direito do Tribunal Civil e Criminal (1903), da 2ª Vara do Comércio (1905) e da Provedoria e Resíduos (1906). É autor do artigo <i>As ciências jurídicas e sociais</i> (<i>Livro do Centenário – Vol. III, 1902</i>).
Nestor Meira	1908	1914 (Aposentadoria)	C. 1861	1946 - Rio de Janeiro (cidade)	Na província do Rio Grande do Norte, foi juiz municipal e de órfãos do termo de Macau (1888), e, no Distrito Federal, pretor (1890), juiz de direito do Tribunal Civil e Criminal (1904), da 3ª Vara do Comércio (1905) e da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1907).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Pedro Augusto de Moura Carijó	1909	1912 (Aposentadoria)	...	1913 - Rio de Janeiro (cidade)	Juiz municipal e de órfãos dos termos reunidos de Serra, Linhares, Santa Cruz e Nova Almeida (1868), na província do Espírito Santo, e do termo de Rio Claro (1870), delegado de polícia do termo de Barra Mansa (1878) e da Corte (1885). No Distrito Federal, foi juiz dos feitos da Fazenda Municipal (1905) e da 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1907).
Diogo José de Andrada Machado	1911	1915 (Falecimento)	1859 - São Paulo	1915 - Rio de Janeiro (cidade)	Presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1915) No estado de São Paulo, foi juiz municipal do termo de Santa Rita de Passa Quatro (1890) e, no Distrito Federal, pretor (1895), juiz de direito da 5ª Vara Criminal (1905), da 2ª Vara Cível (1905) e da Provedoria e Resíduos (1907).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Virgílio de Sá Pereira	1912	1931 (Aposentadoria)	1871 - Barreiros (Pernambuco)	1934 - Rio de Janeiro (cidade)	Presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1915). Pretor (1899), juiz de direito da 3ª Vara Criminal (1905), da 1ª Vara Cível (1905) e da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1908) do Distrito Federal, professor da Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, e jornalista, com atuação nos periódicos <i>A Gazeta da Tarde</i> , <i>A Cidade</i> , <i>O Paiz</i> e <i>Correio Paulistano</i> . Na Comissão Legislativa, instituída pelo Decreto nº 19.459, de 6 de dezembro de 1930, integrou a Subcomissão do Código Penal (1931). Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>Questões de direito civil, criminal e processual</i> (1904); <i>Direito de Família</i> (1923); <i>Decisões e julgados</i> (1926); e <i>Projeto de Código Penal: exposição de motivos</i> (1927).
Cicero Seabra	1912	1924 (Posto em disponibilidade) ⁶	1870 - São Salvador (Bahia)	1931	No Distrito Federal, foi juiz da 3ª Pretoria (1902), juiz de direito da 2ª Vara Criminal (1905), da 1ª Vara Comercial (1906) e da 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1909). Aposentou-se em 1931, na Corte de Apelação do Distrito Federal.

⁶ COM BASE NO ART. 338 DO DECRETO Nº 16.273, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1923, QUE REORGANIZOU A JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Torquato Baptista de Figueiredo	1912	1924 (Posto em disponibilidade) ⁷	1862 - Cairu (Bahia)	1929 - Rio de Janeiro	Na província da Bahia, foi juiz municipal e de órfãos dos termos de Taperoá e Cairu (1886), e, no Distrito Federal, juiz das 20 ^a (1890) e 1 ^a (1896) Pretorias, e juiz de direito da 4 ^a Vara criminal (1905), da 2 ^a Vara do Comércio (1906) e da Provedoria e Resíduos (1911).
José Affonso Lamounier Junior	1912	1913 (Aposentadoria)	...	1946	No estado de Minas Gerais, foi juiz municipal do termo de Itapecerica (1890), e juiz de direito da comarca de Tiradentes (1897) e, no Distrito Federal, juiz da 3 ^a Pretoria (1905), juiz de direito da 1 ^a Vara Criminal (1905), da 3 ^a Vara do Comércio (1907), da 6 ^a Vara Cível (1912) e da 1 ^a Vara de Órfãos e Ausentes (1912).
Joaquim José Saraiva Junior	1912	1931 (Aposentadoria)	1867 - Areias (São Paulo)	1932 - Rio de Janeiro (cidade)	No estado de Minas Gerais, foi juiz municipal do termo de Monte Alegre (1890) e, no Distrito Federal, juiz da 7 ^a Pretoria (1905), juiz de direito da 5 ^a Vara Criminal (1905), dos Feitos da Fazenda Municipal (1907) e da 2 ^a Vara de Órfãos e Ausentes (1912).

⁷ COM BASE NO ART. 338 DO DECRETO Nº 16.273, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1923, QUE REORGANIZOU A JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Geminiano da Franca	1913	1922 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1870 - Paraíba	1935 - Rio de Janeiro (cidade)	No estado de São Paulo, foi promotor público de Tietê (1893), no Rio de Janeiro, delegado de polícia de Niterói (1893), juiz municipal dos termos de São Francisco de Paula (1895) e Bom Jardim (1896), e, no Distrito Federal, juiz da 11ª Pretoria Cível (1904), juiz de direito da 3ª Vara Criminal (1906), da 2ª Vara Cível (1907) e da Provedoria e Resíduos (1912), e chefe de polícia (1919). Aposentou-se em 1931, no Supremo Tribunal Federal. É de sua autoria a obra <i>O Poder Judiciário no Brasil</i> (1931).
Pedro Francelino Guimarães Filho	1914	1930 (Aposentadoria)	1856 - Bahia	1936	Promotor público da comarca de Alagoinhas (1879), juiz municipal do termo de Santana do Catu (1880) e da Vara de Órfãos do termo de Santo Amaro (1882), na província da Bahia, juiz de direito das comarcas de Anadia (1884), na província de Alagoas, Japarutuba (1888), na província de Sergipe, e Ilhéus (1891), na província da Bahia, e procurador dos feitos da Fazenda Federal (1893). No Distrito Federal, foi adjunto do procurador da República (1895), procurador da República (1904), juiz de direito da 4ª Vara Criminal (1906), da 1ª Vara Cível (1908) e da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1912). Em 1929, foi homenageado, na Corte de Apelação do Distrito Federal, pelos 50 anos de serviços prestados à Justiça.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Elviro Carrilho da Fonseca e Silva	1914	1937 (Aposentadoria)	1868 - Ceará-Mirim (Rio Grande do Norte)	1942 - Rio de Janeiro (cidade)	Presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1933-1934). No Distrito Federal, foi pretor (1897), juiz de direito da 2ª Vara Criminal (1907), da 2ª Vara Comercial (1911) e da 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1912).
Edmundo de Almeida Rego	1915	1926 (Falecimento)	1880 - Barra Mansa (Rio de Janeiro)	1926 - Rio de Janeiro (cidade)	No estado do Rio de Janeiro, foi promotor público, juiz municipal dos termos de Rio Claro (1903) e Teresópolis (1903) e, no Distrito Federal, foi pretor da 6ª Pretoria (1905), juiz de direito da 4ª Vara Criminal (1908), da 6ª Vara Cível (1912) e da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1914). Prestou serviços à Comissão Especial do Senado Federal encarregada do estudo e da revisão do Código Penal.
Antonio Angra de Oliveira	1918	1939 (Aposentadoria)	...	1954	1º vice-presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal (1937-1938). No Distrito Federal, foi adjunto do procurador da República (1899), procurador da República (1904), juiz de direito da 5ª Vara Criminal (1908), da Vara dos Feitos da Fazenda Municipal (1912) e da 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1914).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Alfredo Machado Guimarães	1919	1933 (Falecimento)	Rio de Janeiro (cidade)	1933	2º vice-presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1932-1933). No Distrito Federal, foi adjunto de promotor público (1905), pretor da 15ª Pretoria (1907), juiz de direito da 1ª Vara Criminal (1909), da 2ª Vara Cível (1912) e da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1915).
Luiz Augusto de Carvalho e Mello	1922	1933 (Aposentadoria)	1861 - Macaé (Rio de Janeiro)	1934 - Rio de Janeiro (cidade)	3º vice-presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1930-1932). Promotor público, curador-geral de órfãos e ausentes e curador de resíduos e heranças jacentes da comarca de Magé (1886-1889), juiz municipal e de órfãos do termo de Porto Feliz (1888), na província de São Paulo e, na Justiça Federal, juiz substituto seccional no estado do Rio de Janeiro (1891). No Distrito Federal, foi juiz da 8ª Pretoria (1900), juiz de direito das 3ª e 6ª Varas Criminais (1911), 5ª Vara Cível (1912) e 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1918).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Cesario da Silva Pereira	1924	1941 (Aposentadoria)	1876 - São José do Barreiro (São Paulo)	1957 - Rio de Janeiro (cidade)	1º vice-presidente (1930-1932) e presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1935-1936). Oficial de Gabinete da Presidência da República (1902) e procurador da República na Seção do Distrito Federal (1904). Foi também juiz de direito das 6ª e 4ª Varas Criminais (1912) e da 6ª Vara Cível (1914) do Distrito Federal.
Francisco Cesário Alvim	1924	1935 (Aposentadoria)	...	1946 - Lisboa	1º vice-presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1932-1934). No Distrito Federal, foi promotor público (1905), juiz de direito das 6ª (1912) e 5ª Varas Criminais (1913), e da 5ª Vara Cível (1918).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Alfredo de Almeida Russell	1924	1939 (Falecimento)	1875 - Rio de Janeiro (cidade)	1939 - Petrópolis (Rio de Janeiro)	<p>2º vice-presidente da Corte de Apelação (1933-1934), 2º vice-presidente (1937-1938) e 1º vice-presidente (1939) do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.</p> <p>No Distrito Federal, foi juiz da 5ª Pretoria (1900), juiz de direito das 6ª e 4ª Varas Criminais (1912), da 1ª Vara Cível (1912) e da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1919). Foi também professor catedrático de Direito Comercial na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro e presidente do Patronato de Menores do Distrito Federal. Na Comissão Legislativa, instituída pelo Decreto nº 19.459, de 6 de dezembro de 1930, foi nomeado integrante da Subcomissão encarregada do Código Comercial, em 1932. São de sua autoria as obras: <i>Os jesuítas: papel que lhes coube no devassamento do território nacional</i> (1914); <i>Curso de direito comercial brasileiro</i> (1923); e <i>Sociedades anônimas: teoria e prática</i> (1929). Homenageado com o nome de Rua Desembargador Alfredo Russel, no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro.</p>

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Luiz Guedes de Moraes Sarmiento	1924	1937 (Aposentadoria)	1869 - Rio de Janeiro	1944 - Rio de Janeiro (cidade)	1º vice-presidente (1933-1934) e presidente (1937) da Corte de Apelação do Distrito Federal. No Distrito Federal, foi adjunto de promotor público (1892), promotor público (1896), procurador-geral (1905) e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1934).
José Ovidio Marcondes Romeiro	1926	1937 (Aposentadoria)	C. 1869 - Pindamonhangaba (São Paulo)	1940 - Rio de Janeiro (cidade)	3º vice-presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1934-1936). No Distrito Federal, foi juiz da 12ª Pretoria (1899), 6ª Pretoria Cível (1911), juiz de direito das 6ª e 5ª Varas Criminais (1912), 3ª Vara Cível (1913) e da Provedoria e Resíduos (1919).
Arthur Quadros Collares Moreira	1926	1937 (Aposentadoria)	1866 - São Luís do Maranhão	1954 - Rio de Janeiro (cidade)	2º vice-presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1934-1936). No Maranhão, foi promotor público (1888) e juiz municipal (1890) em Rosário, juiz de direito das comarcas de Alto Mearim (1891) e Rosário (1893), 2º vice-governador (1906) e governador (1908-1909). Foi também deputado federal (1910) e vice-presidente da Câmara dos Deputados (1914), ministro do Superior Tribunal de Justiça Eleitoral (1933-1937). É de sua autoria a obra <i>Gomes de Castro, Benedicto Leite e Urbano Santos</i> (1939).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Vicente Ferreira da Costa Piragibe	1926	1949 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1879 - Rio de Janeiro (cidade)	1959 - Rio de Janeiro (cidade)	1º vice-presidente da Corte de Apelação (1936-1937) e presidente do Tribunal de Apelação (1937-1940) do Distrito Federal. Deputado federal eleito em 1915, 1918 e 1921. Entre suas obras, podem ser citadas: <i>Código Penal Brasileiro, completado com as leis modificadoras em vigor</i> , aprovado e adotado como Consolidação das Leis Penais (1932) pelo Decreto Federal nº 22.213, de 14 de dezembro de 1932; <i>Legislação penal do Brasil e do estrangeiro</i> (1932); e <i>Dicionário de jurisprudência penal do Brasil: coletânea das decisões, em matéria crime, da Corte Suprema e cortes de apelação do Distrito Federal e dos estados</i> (1937). Em sua gestão, na presidência do Tribunal de Apelação, o Palácio da Justiça – situado na Rua Dom Manuel, nº 29 – foi submetido a importantes obras de restauração e embelezamento. Dedicou-se também ao jornalismo, trabalhando nos periódicos <i>Cidade do Rio</i> , <i>A Imprensa</i> , <i>Correio da Manhã</i> e <i>Folha do Dia</i> e sendo um dos fundadores do jornal <i>A Época</i> , do qual foi diretor.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Eusebio Francisco de Andrade	1926	1930 (Falecimento)	1866 - Colônia Leopoldina (Alagoas)	1930 - Petrópolis (Rio de Janeiro)	Secretário do Interior (1895) e interino da Fazenda (1894-1896) do estado de Alagoas, onde veio a ser eleito deputado federal em 1903, 1906, 1909, 1912 e 1915, e senador (1918-1926).
Armando de Alencar	1926	1937 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1886 - Rio Pardo (Rio Grande do Sul)	1953 - Itaipava (Rio de Janeiro)	3º vice-presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1932-1934). Fiscal do Governo Federal junto à Carteira de Crédito Real do Banco da Província do Rio Grande do Sul (1910), auditor de Marinha (1914) e auditor de Guerra (1915). Aposentou-se no Supremo Tribunal Federal, em 1941.
Arthur Soares de Moura	1926	1937 (Aposentadoria)	...	1954	1º vice-presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1934-1936). No estado de Minas Gerais, foi juiz de direito da comarca de Cristina (1919), advogado-geral do Estado (1922) e desembargador do Tribunal da Relação (1924) e, no Distrito Federal, presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1934).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Jose Antonio de Souza Gomes	1927	1937 (Aposentadoria)	...	1951	No Distrito Federal, foi adjunto de promotor público (1894), promotor público (1908), juiz de direito das 6ª e 1ª Varas Criminais (1912), da 4ª Vara Cível (1913) e da 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1922).
Luiz Augusto de Sampaio Vianna	1928	1932 (Aposentadoria)	Bahia	1945	No estado do Rio de Janeiro, foi juiz municipal do termo de Santa Tereza (1890), atual Rio das Flores, e, no Distrito Federal, adjunto de promotor público (1891), promotor público (1897), juiz das 15ª (1905) e 10ª (1907) Pretorias, juiz de direito das 6ª (1913) e 4ª (1914) Varas Criminais, 3ª Vara Cível (1919), Provedoria e Resíduos (1926) e 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1926).
Auto Barbosa Fortes	1929	1931 (Aposentadoria)	1871 - Rio de Janeiro	1941 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi pretor da 4ª Pretoria (1900) e da 1ª Pretoria Cível (1912), juiz de direito da 1ª Vara Criminal (1913), da 1ª Vara Cível (1919) e da 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1927).
Arthur da Silva Castro	1930	1931 (Aposentadoria)	C. 1862 - Rio de Janeiro	1951 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi titular da 15ª Pretoria (1909), das 7ª e 2ª Pretorias Criminais (1912) e da 4ª Pretoria Cível (1912), juiz de direito das 6ª (1914) e 2ª (1915) Varas Criminais, da 4ª Vara Cível (1922) e da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1928).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Manoel da Costa Ribeiro	1930	1939 (Aposentadoria)	1871 - Recife (Pernambuco)	1952 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi adjunto de promotor público (1896), juiz da 13ª Pretoria (1909), 5ª Pretoria Criminal (1911), 4ª e 8ª Pretorias Cíveis (1912), juiz de direito das 6ª (1915) e 5ª Varas Criminais (1918), 2ª Vara Cível (1924) e 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1929).
José Linhares	1931	1937 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1886 - Baturité (Ceará)	1957 - Caxambu (Minas Gerais)	3º vice-presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal (1936-1937). No Distrito Federal, foi juiz da 2ª Pretoria Criminal (1913) e das 7ª (1917) e 1ª (1928) Pretorias Cíveis, e juiz de direito da 5ª Vara criminal (1928). Foi também vice-presidente (1940) e presidente (1945, 1946-1949 e 1951-1956) do Supremo Tribunal Federal, e presidente do Tribunal Superior Eleitoral (1945, 1946 e 1947). Deposto o presidente da República Getúlio Dornelles Vargas, assumiu o referido cargo (1945-1946). Homenageado com o nome de Rua José Linhares, no Leblon, na cidade do Rio de Janeiro.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Flaminio Barbosa de Rezende	1931	1950 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1880 - Leopoldina (Minas Gerais)	1967	No Distrito Federal, foi titular das 7ª e 4ª Pretorias Criminais (1912), 8ª (1915) e 1ª Pretorias Cíveis (1917), e juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1928).
Leopoldo Augusto de Lima	1931	1936 (Aposentadoria)	Barbacena (Minas Gerais)	1939 - Rio de Janeiro (cidade)	No estado de Minas Gerais, foi promotor público das comarcas de Barbacena (1892) e Viçosa (1895), juiz substituto das comarcas de São João del Rei (1893) e Oliveira (1894) e, no Distrito Federal, juiz da 2ª Pretoria (1907), 2ª Pretoria Criminal (1911) e 6ª Pretoria Cível (1912), juiz de direito das 6ª (1919) e 1ª Varas Criminais (1919), e 3ª Vara Cível (1926).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
André de Faria Pereira	1931	1940 (Aposentadoria)	Minas Gerais	1968	3º vice-presidente (1937-1938), 1º vice-presidente (1939-1940) e vice-presidente (1940) do Tribunal de Apelação do Distrito Federal. No Distrito Federal, foi subprocurador dos feitos da Saúde Pública (1910), adjunto de promotor público (1911), promotor público (1919), procurador-geral (1924) e juiz do Tribunal Regional Eleitoral (1933).
Renato de Carvalho Tavares	1932	1936 (Falecimento)	1889 - Petrópolis (Rio de Janeiro)	1936 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi adjunto de promotor público (1918), juiz de direito das 6ª (1923) e 4ª (1924) Varas Criminais, e 4ª Vara Cível (1928), e secretário do Conselho de Justiça (1924-1925). Integrou a primeira composição do Tribunal Superior de Justiça Eleitoral (1932), do qual foi procurador-geral. Em 1937, foi homenageado com a inauguração de um busto de bronze, em solenidade realizada na Corte de Apelação do Distrito Federal.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Galdino de Siqueira	1933	1940 (Aposentadoria)	1874 - Mococa (São Paulo)	1961 - Rio de Janeiro (cidade)	No estado de São Paulo, foi promotor público de 1898 a 1912 e, no Distrito Federal, promotor público (1912) e juiz de direito das 6ª e 4ª Varas Criminais (1919), 5ª Vara Cível (1924) e 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1930). Foi também professor catedrático da Faculdade de Direito de Niterói. Entre suas obras, podem ser citadas: <i>Prática forense ou repositório completo de jurisprudência prática</i> (1907); <i>Curso de processo criminal: com referência especial à legislação brasileira</i> (1910); <i>Direito penal brasileiro</i> (1921-1924); e <i>Tratado de Direito Penal</i> (1947).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Alvaro Goulart de Oliveira	1933	1942 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1882 - Rio de Janeiro (cidade)	1950 - Rio de Janeiro (cidade)	<p>3º vice-presidente (1939), vice-presidente (1940) e presidente (1941-1942) do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.</p> <p>No Distrito Federal, foi delegado de polícia (1909), adjunto de promotor público (1918), promotor público (1926) e procurador-geral (1931). Foi também procurador do Tribunal Especial (1930), instituído pelo Decreto nº 19.398, de 11 de novembro de 1930, e ministro do Supremo Tribunal Federal (1942-1950). São de sua autoria as obras: <i>Recurso de Revista: restabelecido pelo Dec. n. 21.228, de 1932</i> (1933); e <i>Renovação de contrato: ensaio de direito comparado: doutrina, legislação e jurisprudência</i> (1941). Escreveu também artigos para os periódicos <i>O Século</i> e <i>Correio da Manhã</i>.</p>

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Alvaro Bittencourt Berford	1933	1951 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1883 - Porto Alegre (Rio Grande do Sul)	1953 - Rio de Janeiro (cidade)	Vice-presidente (1941) e presidente (1942) do Tribunal de Apelação do Distrito Federal. No Distrito Federal, foi titular da 8ª Pretoria (1911), 3ª Pretoria Criminal (1911), das 1ª (1913) e 3ª (1914) Pretorias Cíveis, e juiz de direito das 6ª (1920) e 3ª (1921) Varas Criminais, e 1ª Vara Cível (1927). Foi também professor da Faculdade de Direito de Niterói. São de sua autoria as obras <i>Capítulos da Introdução à Ciência do Direito</i> (1933) e <i>O Estado Nacional e a Constituição de novembro de 1937</i> (1944).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Edgard Costa	1934	1945 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1887 - Vassouras (Rio de Janeiro)	1970 - Rio de Janeiro (cidade)	<p>Corregedor da Justiça (1938-1941) e presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal (1943-1945).</p> <p>No Distrito Federal, foi juiz das 7ª e 2ª Pretorias Criminais (1917), juiz de direito da 6ª Vara Criminal (1924), da 2ª Vara Cível (1929) e da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1931). Foi também secretário do Interior e Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1931), juiz do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (1932), vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (1956-1957), e ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1945), do qual foi presidente (1951-1955). Presidiu a 1ª Conferência de Desembargadores do Brasil (1943).</p> <p>Aposentou-se em 1957, no Supremo Tribunal Federal. Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>Repertório de jurisprudência criminal: o Código Penal interpretado pela jurisprudência dos tribunais</i> (1916); <i>Dos crimes eleitorais</i> (1923); <i>Efemérides judiciárias</i> (1961); e <i>Os grandes julgamentos do Supremo Tribunal Federal</i> (1964-1967).</p>

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Fructuoso Moniz Barreto de Aragão	1935	1941 (Aposentadoria)	Bahia	1950	No estado do Rio de Janeiro, foi promotor público de Cantagalo (1896) e juiz municipal do termo de Duas Barras (1901) e, no Distrito Federal, juiz das 7ª (1915) e 5ª (1916) Pretorias Criminais, e juiz de direito das 7ª (1924) e 4ª (1928) Varas Criminais. É autor da obra <i>Delitos do automóvel e outros carros: sentenças</i> (1924).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
José Burle de Figueiredo	1936	1939 (Falecimento)	...	1939	No Distrito Federal, foi juiz das 7ª (1919) e 6ª Pretorias Criminais (1920), e juiz de direito da 3ª Vara Criminal (1927), da 5ª Vara Cível (1931) e da Vara de Menores (1934). Apoiou as iniciativas para a criação do Laboratório de Biologia Infantil (LBI) em 1936, que se constituía em um centro de estudos de crianças abandonadas e infratoras, subordinado ao Juízo de Menores.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda	1936	1939 (Nomeado embaixador, em comissão, na Colômbia)	1892 - Maceió (Alagoas)	1979 - Rio de Janeiro (cidade)	2º vice-presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal (1939). No Distrito Federal, foi juiz de direito da 1ª Vara de Órfãos (1924) e da Provedoria e Resíduos (1926). Foi também embaixador, em comissão, na Colômbia (1939), chefe das delegações do Brasil na Conferência Internacional de Navegação Aérea, em Haia (1932), e na XXVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, reunida em Nova Iorque (1941), professor de Direito Internacional Privado na Académie de Droit International de la Haye (1932), professor honoris causa das universidades federais de Recife, São Paulo, Santa Maria e Rio de Janeiro, e da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e membro da Academia Brasileira de Letras – ABL (sexto ocupante da Cadeira 7).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda					<p>Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>História e prática do habeas corpus: direito positivo comparado: constitucional e processual</i> (1916); <i>Sistema de ciência positiva do direito</i> (1922); <i>Introdução à política científica ou os fundamentos da ciência positiva do direito</i> (1924); <i>Introdução à Sociologia Geral</i> (1926); <i>Fontes e evolução do direito civil brasileiro</i> (1928); <i>Os fundamentos atuais do Direito Constitucional</i> (1932); <i>Comentários à Constituição dos E. U. do Brasil</i> (1936-1937); <i>Comentários à Constituição Federal de 10 de novembro de 1937</i> (1938); <i>Comentários à Constituição de 1946</i>; <i>Comentários ao Código de Processo Civil</i> (1947-1949); <i>Tratado de Direito Privado</i> (1954-1969), com 60 volumes; <i>Comentários à Constituição de 1967</i> (1967-1968); <i>Tratado das Ações</i> (1970-1978), com 7 volumes; e <i>Comentários ao Código de Processo Civil</i> (1974-1978).</p>

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Decio Cesario Alvim	1937	1943 (Aposentadoria)	...	1949 - Petrópolis (Rio de Janeiro)	Oficial de gabinete do ministro da Fazenda (1917) e, no Distrito Federal, juiz privativo de acidentes no Trabalho (1926) e juiz de direito dos feitos da Fazenda Municipal (1931). Foi também jornalista de <i>A Notícia</i> e membro da Academia Petropolitana de Letras, sendo de sua autoria a obra <i>Decisões</i> (1930).
José Antonio Nogueira	1937	1947 (Falecimento, no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1882 - Silvestre Ferraz (Minas Gerais)	1947 - Rio de Janeiro (cidade)	2º vice-presidente (1940), vice-presidente (1943-1945) e presidente (1945-1946) do Tribunal de Apelação do Distrito Federal. No estado de Minas Gerais, foi procurador da República (1918) e, no Distrito Federal, juiz de direito das 6ª (1924) e 4ª (1932) Varas Cíveis, e da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1935), e presidente do Tribunal de Justiça (1946). Foi também membro do Tribunal Superior Eleitoral (1946-1947) e da Academia Mineira de Letras. Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>País de ouro e de esmeralda</i> (1921); <i>Sonho de gigante</i> (1922); <i>Amor imortal</i> (1922); e <i>Aspectos de um ideal jurídico</i> (1926). Homenageado com o nome de Rua Desembargador José Antônio Nogueira, no distrito de Butantã, na cidade de São Paulo.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Edmundo de Oliveira Figueiredo	1937	1945 (Aposentadoria)	1877	1968	No Distrito Federal, foi titular das 7ª (1913) e 1ª (1914) Pretorias Criminais, e da 6ª Pretoria Cível (1921), juiz de direito da 1ª Vara Criminal (1926), da 6ª Vara Cível (1931), da 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1933), e juiz eleitoral da 6ª Zona.
Frederico de Barros Barreto	1937	1939 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1895 - Recife (Pernambuco)	1969 - Rio de Janeiro	No Distrito Federal, foi subpretor da 1ª Pretoria Cível (1922), juiz da 2ª Vara Criminal (1928), das 2ª (1932) e 5ª (1934) Zonas Eleitorais, da 4ª Vara Cível (1936) e da Provedoria e Resíduos (1936). Foi também presidente do Tribunal de Segurança Nacional (1936 e 1939), vice-presidente (1949-1951) e presidente (1960-1962) do Supremo Tribunal Federal, onde se aposentou (1963), e professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito de Petrópolis.
José Maximiano Gomes de Paiva	1937	1940 (Falecimento)	...	1940 - Rio de Janeiro (cidade)	No estado do Rio de Janeiro, foi promotor público de Carmo (1896), e, no Distrito Federal, subpretor da 5ª Pretoria (1898) e promotor público (1912).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Leopoldo Cesar de Andrade Duque Estrada Junior	1937	1956 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1886 - Rio de Janeiro (cidade)	1958	Corregedor de Justiça do Distrito Federal (1941-1942). No Distrito Federal, foi juiz da 6ª Pretoria Criminal (1914), da 3ª Pretoria Cível (1920) e da 2ª Pretoria Criminal (1928), juiz de direito da 7ª Vara Criminal (1928) e da 1ª Vara Cível (1933), e desembargador do Tribunal de Justiça (1946).
Frederico Sussekind	1937	1959 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1890 - Rio de Janeiro (cidade)	1969 - Rio de Janeiro (cidade)	Corregedor da Justiça do Distrito Federal (1943-1944, 1945-1946 e 1956). No Distrito Federal, foi adjunto de promotor público (1917), subpretor da 6ª Pretoria Criminal (1922), juiz das 8ª (1924) e 6ª Pretorias Cíveis (1926), juiz de direito da 4ª Vara Criminal (1931) e da 6ª Vara Cível (1933), juiz da 4ª Zona Eleitoral e do Tribunal Regional Eleitoral. Foi também juiz do Tribunal Superior Eleitoral (1951). Homenageado com o nome de Rua Desembargador Frederico Sussekind, em São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Henrique Fialho	1938	1959 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1890 - Rio de Janeiro (cidade)	1974	Vice-presidente da Tribunal de Apelação do Distrito Federal (1945-1946) . Na década de 1960, foi vice-presidente da Associação Internacional de Juristas Democratas e presidente da Associação Brasileira de Juristas Democratas.
João Severiano Carneiro da Cunha	1938	1946 (Aposentadoria)	1877 - Recife (Pernambuco)	1961 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi juiz das 7ª (1920), 3ª (1921) e 4ª (1922) Pretorias Criminais, juiz de direito das 3ª e 5ª Varas Criminais (1931), da 4ª Vara Cível (1936) e da Vara da Provedoria e Resíduos (1937).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Antonio Eugenio Magarinos Torres	1939	1942 (Falecimento)	1892 - Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro)	1942 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi juiz de direito da 6ª Vara Criminal (1929), da 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1937) e da 7ª Vara Criminal (1938). Presidiu a Sociedade Brasileira de Criminologia e a 1ª Conferência Brasileira de Criminologia (1936). Foi diretor da Escola Superior de Comércio, onde também lecionou, e membro da Academia Fluminense de Letras. Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>Nota promissória: estudo da lei, da doutrina e da jurisprudência cambial brasileira</i> (1917); <i>Teses seletas de direito cambial brasileiro</i> (1928); <i>Instruções para jurados</i> (1931); e <i>Processo penal do júri no Brasil</i> (1939). Em 1943, foi homenageado com a inauguração de um busto de bronze, em solenidade realizada no Palácio da Justiça do Distrito Federal.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Augusto Saboia da Silva Lima	1939	1958 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1894 - Petrópolis (Rio de Janeiro)	1963 - Rio de Janeiro (cidade)	No estado de Minas Gerais, foi juiz municipal dos termos de Conquista e Viçosa (1918), e juiz de direito das comarcas de Palma (1922) e São João Nepomuceno (1922), e, no Distrito Federal, juiz das 8ª e 2ª Pretorias Criminais (1924) e da 5ª Pretoria Cível (1925), juiz de direito da 4ª Vara Criminal (1930), da 2ª Vara Cível (1931) e da Vara de Menores (1936), e presidente do Tribunal de Justiça (1947-1948). Foi também membro do Tribunal Superior Eleitoral (1946-1951). É de sua autoria o livro <i>Alberto Torres e sua obra</i> (1935).
Martinho Garcez Caldas Barreto	1939	1944 (Aposentadoria)	1876 - Belém (Pará)	1954 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi juiz das 7ª (1914) e 4ª (1915) Pretorias Criminais, da 4ª Pretoria Cível (1922), do Alistamento Eleitoral (1930) e juiz de direito da Vara de Registros Públicos (1932).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Candido Mesquita da Cunha Lobo	1939	1950 (Nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos)	1894 - Rio de Janeiro (cidade)	1984	No Distrito Federal, foi juiz da 8ª Pretoria Criminal (1925) e da 8ª Pretoria Cível (1926), juiz de direito da 4ª Vara Criminal (1933) e da 3ª Vara Cível (1934), e vice-presidente do Tribunal de Justiça (1947-1948). Foi também vice-presidente (1957) e presidente (1957-1958) do Tribunal Federal de Recursos (1957), onde se aposentou em 1964, e membro do Tribunal Superior Eleitoral (1958).
Raul Camargo	1940	1946 (Aposentadoria)	1878 - Porto Alegre (Rio Grande do Sul)	1954 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi curador de órfãos (1913), juiz de direito da 1ª Vara Criminal (1931), do Juízo Privativo de Acidentes de Trabalho (1931) e da 7ª Vara Criminal (1939).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Francisco de Paula Rocha Lagôa Filho	1940	1947 (Nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos)	1895 - Ouro Preto (Minas Gerais)	1975- Rio de Janeiro (cidade)	No estado de Minas Gerais, foi delegado de polícia em Ponte Nova (1916) e deputado estadual (1919-1922), no Rio de Janeiro, promotor público (1924-1931), e, no Distrito Federal, juiz de direito de Acidentes no Trabalho (1931), das 8ª (1931) e 1ª Varas Criminais (1931), da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1937) e corregedor da Justiça (1947-1948). Foi também membro do Tribunal Superior Eleitoral (1946), do qual foi presidente (1957-1959), ministro do Tribunal Federal de Recursos (1947-1950) e do Supremo Tribunal Federal (1950-1960), onde se aposentou.
Afranio Antonio da Costa	1940	1947 (Nomeado ministro do Tribunal Federal de Recursos)	1892 - Macaé (Rio de Janeiro)	1979 - Rio de Janeiro	No Distrito Federal, foi juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1931), da 2ª Vara Cível (1936) e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1945). Foi também presidente do Tribunal Federal de Recursos (1947-1949 e 1959-1961), onde se aposentou em 1962, e membro do Tribunal Superior Eleitoral (1952). Homenageado com a denominação de Avenida Ministro Afrânio Costa, na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Adelmar Tavares	1940	1955 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1888 - Recife (Pernambuco)	1963 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi adjunto de promotor público, curador de resíduos e presidente do Tribunal de Justiça (1949-1950). Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>A linda mentira</i> (1925); <i>Noite cheia de estrelas – luz dos meus olhos</i> , <i>Myriam: poesias</i> (1928); <i>A luz do altar: palavras de louvor e de saudade</i> (1934); <i>O caminho enluarado</i> (1937); e <i>Um ramo de cantigas</i> (1955). Ocupante da Cadeira 11 da Academia Brasileira de Letras (ABL), da qual foi presidente (1948), era considerado o “Príncipe dos Trovadores Brasileiros”. Homenageado com o nome de Rua Adelmar Tavares, em Campo Grande, na cidade do Rio de Janeiro.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Julio de Oliveira Sobrinho	1940	1955 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1888 - Pereiro (Ceará)	1957	No estado do Ceará, foi procurador dos feitos da Fazenda (1912), no território do Acre, juiz municipal do 3º termo da comarca de Sena Madureira (1913) e do 1º termo de Xapuri (1915-1924) e, no Distrito Federal, promotor público adjunto (1924), curador das Massas Falidas (1931) e vice-presidente do Tribunal de Justiça (1949-1950). Foi também ministro efetivo (1945-1947) e substituto (1947-1951) do Tribunal Superior Eleitoral.
José Duarte Gonçalves da Rocha	1941	1955 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1886 - Igarassu (Pernambuco)	1968 - Rio de Janeiro (cidade)	No estado do Rio de Janeiro, foi promotor público na comarca de Resende (1909) e diretor de Instrução Pública, e, no Distrito Federal, juiz da 3ª Vara Criminal (1931), membro do Tribunal Regional Eleitoral (1937), e corregedor da Justiça (1949-1950). Integrou as Comissões Legislativas incumbidas da elaboração do Projeto de Código de Processo Penal e do Código Florestal (1932), foi embaixador, em comissão, na República do Equador (1946), juiz do Tribunal Superior Eleitoral (1951) e presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB (1958-1959). É autor das seguintes obras: <i>Comentários à Lei das Contravenções Penais</i> (1944); e <i>A Constituição brasileira de 1946: exegese dos textos à luz dos trabalhos da Assembleia Constituinte</i> (1947).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Antonio Rodolfo Toscano Espinola	1941	1955 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1891 - Paraíba	1968 - Paris	No Distrito Federal, foi juiz de direito das 7ª (1933) e 4ª (1934) Varas Criminais, desembargador do Tribunal de Justiça (1946), do qual foi presidente (1950-1951), e presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1947).
Alvaro Moutinho Ribeiro da Costa	1942	1946 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1897 - Rio de Janeiro (cidade)	1967 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi juiz das 5ª (1924) e 6ª (1927) Pretorias Criminais, juiz de direito da 5ª Vara Cível (1934) e da Vara da Provedoria e Resíduos (1938). Foi também vice-presidente (1961-1962) e presidente (1964-1965) do Supremo Tribunal Federal, onde se aposentou em 1966, e membro do Tribunal Superior Eleitoral, do qual foi vice-presidente (1950) e presidente (1950-1951).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Joaquim Henrique Mafra de Laet	1942	1952 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1882 - Rio de Janeiro (cidade)	1955 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi adjunto de promotor público (1911), promotor público (1912) e curador das Massas Falidas (1927).
Antonio Carlos Lafayette de Andrada	1943	1945 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1900 - Barbacena (Minas Gerais)	1974 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi curador especial de acidentes no trabalho (1925), juiz de direito da 7ª Vara Criminal (1934) e da 2ª Vara de Órfãos e Ausentes (1938). Foi também vice-presidente (1957 e 1959) e presidente (1962-1963) do Supremo Tribunal Federal, onde se aposentou em 1969, e membro do Tribunal Superior Eleitoral (1945), do qual foi vice-presidente (1946-1947) e presidente (1947-1950). Homenageado com o nome de Rua Ministro Lafayette de Andrada, na Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Nelson Hungria Hoffbauer	1944	1951 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1891 - Além Paraíba (Minas Gerais)	1969 - Rio de Janeiro (cidade)	No estado de Minas Gerais, foi promotor público em Pomba (1911), atual Rio Pomba, e, no Distrito Federal, delegado de polícia (1922), juiz das 8ª (1924) e 2ª (1925) Pretorias Criminais, e da 3ª Pretoria Cível (1928), juiz de direito 5ª Vara Criminal (1936), da 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública (1937) e da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões (1940), e corregedor da Justiça (1947). Foi também membro do Tribunal Superior Eleitoral (1957), do qual foi presidente (1959-1961). Participou da elaboração do Código Penal, do Código de Processo Penal, da Lei de Contravenções Penais e da Lei de Economia Popular. Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>Fraude penal</i> (1934); <i>A legítima defesa putativa</i> (1936); <i>Crimes contra a economia popular</i> (1938); <i>Questões jurídico-penais</i> (1940); <i>Novas questões jurídico-penais</i> (1945); e <i>Comentários ao Código Penal</i> (1958). Aposentou-se em 1961, no Supremo Tribunal Federal.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Eduardo de Souza Santos	1945	1958 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1888 - Rio de Janeiro (cidade)	1966	No Distrito Federal, foi juiz da 7ª Pretoria Criminal (1922) e da 1ª Pretoria Cível (1928), juiz de direito da 2ª Vara Criminal (1936), vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1947) e do Tribunal de Justiça (1951-1952).
Antonio Vieira Braga	1945	1960 (Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara)	1892 - Juiz de Fora (Minas Gerais)	1963 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi juiz da 1ª Pretoria Criminal (1924) e da 6ª Pretoria Cível (1931), juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1936), da 4ª Vara Cível (1937) e da 3ª Vara de Órfãos e Sucessões (1942). Foi também secretário do Interior do Estado de Minas Gerais (1945) e membro do Tribunal Superior Eleitoral (1955). Aposentou-se em 1962, no Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Saul de Gusmão	1945	1951 (Falecimento)	1893 - Nova Friburgo (Rio de Janeiro)	1951 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi juiz da 8ª Pretoria Criminal (1926) e da 8ª Pretoria Cível (1933), juiz de direito da 5ª Vara Criminal (1937), 1ª Vara Cível (1938) e do Juízo de Menores (1939), desembargador do Tribunal (1946) e corregedor da Justiça (1951). Dedicou-se também ao jornalismo, trabalhando em <i>A Notícia</i> e no <i>Jornal do Commercio</i> , além de integrar o Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Imprensa. Homenageado com o nome de Rua Desembargador Saul de Gusmão, em Itanhangá, na cidade do Rio de Janeiro.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Ary de Azevedo Franco	1946	1956 (Nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal)	1900 - Vassouras (Rio de Janeiro)	1963 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi juiz das 3ª e 2ª Pretorias Criminais (1928), juiz de direito das 6ª (1937) e 1ª Varas Criminais (1940), presidente do Tribunal de Justiça (1953-1954) e do Tribunal Regional Eleitoral (1951-1954). Foi também ministro do Tribunal Superior Eleitoral (1959), que presidiu (1961-1963), e do Supremo Tribunal Federal (1956-1963), e professor de Direito Penal da Faculdade Nacional de Direito e da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, da qual foi diretor (1943-1945). Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>Aspectos legais e sociais da contravenção e da vadiagem</i> (1928); <i>Livramento condicional</i> (1931), <i>Direito Penal</i> (1934); <i>Porte de arma: fator de criminalidade</i> (1940); <i>O Júri e a Constituição Federal</i> (1946); e <i>A prescrição extintiva no Código Civil Brasileiro</i> (1950).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Guilherme Estellita	1946	1960 (Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara)	1894 - Ceará	1965 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi juiz da 3ª Pretoria Criminal (1928), da 4ª Pretoria Cível (1930), da 7ª Pretoria Criminal (1933) e da 2ª Pretoria Cível (1934), juiz de direito da 1ª Vara Criminal (1937), da 5ª Vara Cível (1938) e da 2ª Vara de Família (1940), e corregedor da Justiça (1951-1952). Foi também professor da Faculdade Nacional de Direito e vice-presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara (1962), onde se aposentou em 1964. Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>Da ação declaratória no direito brasileiro</i> (1933); <i>Direito de ação, direito de demandar</i> (1933); <i>Da coisa julgada: fundamento jurídico e extensão aos terceiros</i> (1936); <i>do litisconsórcio no direito brasileiro</i> (1955); <i>O Ministério Público e o processo civil</i> (1956).
Emmanuel de Almeida Sodré	1946	1956 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1888 - Pará	1982 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi juiz da 7ª Pretoria Criminal (1930) e da 4ª Pretoria Cível (1933), juiz de direito da 1ª Vara Criminal (1938) e da 1ª Vara Cível (1939), e vice-presidente do Tribunal de Justiça (1953-1954). Foi um dos fundadores do Botafogo Football Club (1904), onde também atuou como jogador.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Edgard Ribas Carneiro	1946	1951 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1894 - Rio de Janeiro (cidade)	1962 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi juiz de direito da 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública (1937), da 1ª Vara da fazenda Pública (1940) e da 10ª Vara Cível (1945), e desembargador do Tribunal de Justiça (1946). Foi também diretor-geral de Publicidade, Comunicações e Transportes da Polícia Civil do Distrito Federal, professor da Faculdade de Direito de Niterói, membro da Comissão Jurídica Internacional de Aviação e da Subcomissão de Propriedade Industrial da Comissão Legislativa (1931). É autor da obra <i>Curso de Direito Comercial Brasileiro</i> (1930).
Sylvio Martins Teixeira	1946	1956 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Distrito Federal)	1889 - Rio de Janeiro	1963	No Distrito Federal, foi juiz da 8ª Pretoria Criminal (1936) e da 8ª Pretoria Cível (1937), e juiz de direito da 1ª Vara de Órfãos e Ausentes (1940). Aposentou-se em 1956. É de sua autoria a obra <i>Concurso de credores</i> (1936).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Mario Guimarães Fernandes Pinheiro	1946	1960 (Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara)	1896 - Niterói (Rio de Janeiro)	1973	No Distrito Federal, foi juiz da 7ª Pretoria Criminal (1928), da 5ª Pretoria Cível (1930), juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1937) e da 6ª Vara Cível (1938), e corregedor da Justiça (1953-1954). Foi também ministro substituto do Tribunal Superior Eleitoral (1959). Aposentou-se em 1965, no Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Miguel Maria de Serpa Lopes	1946	1960 (Transferido para o Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara)	1898 - Maceió (Alagoas)	1961 - Rio de Janeiro (cidade)	No Distrito Federal, foi juiz das 4ª e 1ª Pretorias Criminais (1931) e da 3ª Pretoria Cível (1936), juiz de direito da 8ª Vara Criminal (1938) e da Vara de Registros Públicos (1939), presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1954) e do Tribunal de Justiça (1955-1956). Foi também professor da Faculdade de Ciências Jurídicas do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, e membro do Conselho Consultivo do Instituto Grotius de Estudos Jurídicos (1954). Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>O silêncio como manifestação da vontade: obrigações em geral</i> (1935); <i>Tratado dos registros públicos: em comentário ao Decreto nº 18.542, de 24 de dezembro de 1928 e dispositivos conexos do Código Civil brasileiro</i> (1938); <i>Curso de Direito Civil</i> (1953); <i>A enfiteuse: sua natureza jurídica e seu futuro</i> (1956); <i>Contrato de locação de coisas</i> (1956); <i>Exceções substanciais: exceção de contrato não cumprido</i> (1959).



QUADRO COM REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA "COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL DE APELAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – ANO 1943". ACERVO DO CCMJ.

DO TRIBUNAL DA RELAÇÃO AO TRIBUNAL DE APELAÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1891-1946)

Em 15 de julho de 1891, o Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro, órgão de mais elevada instância do Judiciário fluminense, foi instalado na capital do Estado (Niterói), com a presença do governador Francisco Portela, sendo presidente o desembargador João Gonçalves Gomes e Souza.

Com a transferência da capital do Estado para Petrópolis, em fevereiro de 1894, passou o Tribunal da Relação a sediar-se nesta cidade serrana, onde permaneceu até seu retorno para Niterói, em outubro de 1903.

A primeira composição numérica do Tribunal perfazia 15 desembargadores, sendo sucessivamente alterada para 12 em 1891 (Decreto nº 4), 9 em

1893 (Lei nº 43-A), 12 em 1896 (Lei nº 287), 9 em 1912 (Lei nº 1.137), e 13 em 1936 (Decreto nº 130). E, no que concerne à sua denominação, foi alterada pelas Constituições Federais de 1934 e 1937, respectivamente para Corte e Tribunal de Apelação.

Em 31 de janeiro de 1920, o Tribunal foi instalado no Palácio da Justiça, especificamente construído para lhe servir de sede, situado na Praça Pedro II, atual Praça da República, compondo um centro cívico com os prédios da Assembleia Legislativa, onde hoje funciona a Câmara Municipal de Niterói, o da Chefatura de Polícia, atual sede da 76ª Delegacia Policial, e o da Escola Normal, que acolhe hodiernamente o Liceu Nilo Peçanha.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
João Gonçalves Gomes e Souza	1891	1891 (Exoneração) ¹	C. 1835 - Minas Gerais	1912 - Belo Horizonte (Minas Gerais)	Presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1891). Na província do Rio de Janeiro, foi juiz municipal e de órfãos dos termos de São João do Príncipe (1859) e Campos (1863), e, no estado de Minas Gerais, juiz de direito das comarcas de Campanha (1892), Leopoldina (1895) e Sabará (1897).
Dario Cavalcanti do Rego e Albuquerque	1891	1891 (Exoneração) ²	Pernambuco	1924 - Alagoas	Na província de Pernambuco, foi promotor público das comarcas de Paudalho (1874) e Nazaré (1875), e juiz de direito da comarca de Taquaritinga, atual Taquaritinga do Norte (1888), e, no estado de Alagoas, juiz de direito de Atalaia (1890).

¹ NOS TERMOS DO DECRETO Nº 8, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1891, FOI “ELIMINADO” DO REFERIDO TRIBUNAL, POR HAVER SIDO NOMEADO DESEMBARGADOR, SEM QUE FOSSE JUIZ DE DIREITO DO ESTADO OU TIVESSE SIDO NOMEADO PARA OUTRAS RELAÇÕES. (ART. 1º).

² NOS TERMOS DO DECRETO Nº 8, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1891, FOI “ELIMINADO” DO REFERIDO TRIBUNAL, POR HAVER SIDO NOMEADO DESEMBARGADOR, SEM QUE FOSSE JUIZ DE DIREITO DO ESTADO OU TIVESSE SIDO NOMEADO PARA OUTRAS RELAÇÕES. (ART. 1º).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
José Antonio Gomes	1891	1910 (Falecimento)	1841 - Rio de Janeiro	1910 - Rio de Janeiro (cidade)	Presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1891-1910). Juiz municipal dos termos de Saquarema (1869) e Santa Maria Madalena (1873), juiz de direito da comarca de São Borja (1878), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, chefe de polícia nesta mesma província (1881) e na Bahia (1882), juiz de direito da comarca de Araruama (1883), chefe de polícia da Corte (1884) e juiz de direito da comarca de Cabo Frio (1886).
Carlos de Souza da Silveira	1891	1896 (Aposentadoria)	C. 1840 - Maranhão	1915 - Rio de Janeiro (cidade)	Auditor de guerra interino junto às tropas brasileiras na Guerra do Paraguai (1868), juiz municipal e de órfãos do termo de Macaé (1870), juiz substituto na Corte (1872), juiz de direito das comarcas de Imperatriz (1873), na província de Alagoas, Capivari (1874), na província de São Paulo, e Vassouras (1878). Devido aos relevantes serviços prestados na Guerra do Paraguai, foi nomeado Oficial da Ordem da Rosa (1873).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
José Pamplona de Menezes	1891	1911 (Aposentadoria)	C. 1842 - Rio de Janeiro	1914 - Rio de Janeiro (cidade)	Secretário do Governo da província do Paraná (1869), juiz substituto da Corte (1877) e da 1ª Vara Cível de Niterói (1881), juiz de direito das comarcas de Paraibuna (1884), na província de São Paulo, Mar de Hespanha (1888), na província de Minas Gerais, e Santa Maria Madalena (1889), procurador do Estado do Rio de Janeiro junto ao Tribunal da Relação (1891-1892).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Carlos Honório Benedicto Ottoni	1891	1895 (Aposentadoria)	1846 - Serro (Minas Gerais)	1919 - Belo Horizonte (Minas Gerais)	Na província de Minas Gerais, foi promotor público da comarca de Jequitinhonha (1867), juiz municipal do termo de Diamantina (1872), juiz de direito das comarcas de Itapiraçaba (1877), Entre Rios (1879), Piranga (1881) e Pitangui (1885), e chefe de polícia (1880), e, na província do Rio de Janeiro, juiz de direito da 1ª Vara do Crime da comarca de Niterói (1889). Foi também deputado federal, eleito em 1901, juiz federal na Seção de Minas Gerais (1907), e presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (1911). Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>O 16 de julho e a imprensa: ensaios políticos</i> (1870); <i>Repertório ou índice alfabético da lei do recrutamento de 26 de setembro de 1874</i> (1875); <i>Nulidades do processo criminal, ou, compilação de acórdãos dos tribunais superiores do Império: seguida de um formulário perante o júri</i> (1876); <i>Apontamentos de magistratura, contendo estudos e decisões em 1ª e 2ª instância, votos meus na Relação, revistas, avisos, consultas, pareceres de juriconsultos, e, em apêndice, todas as leis recentemente publicadas</i> (1889).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Graciliano Augusto Cesar Wanderley	1891	1891 (Exoneração) ³	Pernambuco	1906 - Alegre (Espírito Santo)	Promotor público das comarcas de Flores (1873) e Vila Bela, atual Serra Talhada (1874), na província de Pernambuco, juiz municipal e de órfãos dos termos de Franca (1877), na província de São Paulo, Paraty (1879) e Itaboraí (1880), chefe de polícia do estado do Rio de Janeiro (1890), e juiz de direito da comarca de Alegre (1899), no estado do Espírito Santo.
Carlos José Pereira Bastos	1891	1919 (Aposentadoria)	Rio de Janeiro (cidade)	1923 - Rio de Janeiro (cidade)	Presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1910-1919). Juiz municipal e de órfãos do termo de Cabo Frio (1870), juiz de direito das comarcas de Conceição da Serra (1874), na província do Espírito Santo, São João da Barra (1885) e Campos (1886).

³NOS TERMOS DO DECRETO Nº 8, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1891, FOI “ELIMINADO” DO REFERIDO TRIBUNAL, POR HAVER SIDO NOMEADO DESEMBARGADOR, SEM QUE FOSSE JUIZ DE DIREITO DO ESTADO OU TIVESSE SIDO NOMEADO PARA OUTRAS RELAÇÕES. (ART. 1º).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Francisco Muniz da Silva Ferraz	1891	1904 (Falecimento)	C. 1857 - Rio de Janeiro	1904 - Rio de Janeiro (cidade)	Promotor público (1878) e juiz municipal de Pirai (1880), e juiz de direito da comarca de São João do Príncipe (1884).
Antonio Pedro Ferreira Lima	1891	1919 (Aposentadoria)	C. 1843 - Rio Grande do Norte	1924 - Rio de Janeiro (cidade)	Secretário de Governo da província do Rio Grande do Norte (1871), juiz municipal dos termos de Tietê (1873), Sorocaba (1876), na província de São Paulo, Caruaru (1878) e São Luiz do Paraitinga (1881), na província de São Paulo, juiz de direito das comarcas de Marajó (1882) e Igarapé-Miri (1883), na província do Pará, chefe de polícia das províncias de Minas Gerais (1885) e São Paulo (1886), e juiz de direito da comarca de Itaperuna (1889).
Manoel José de Medeiros Corrêa	1891	1905 (Falecimento)	1854 - Paraíba	1905 - Niterói (Rio de Janeiro)	Promotor público de Itambé (1878), na província de Pernambuco, juiz municipal dos termos de Araraquara (1879), na província de São Paulo, e Macaé (1882), e juiz de direito da comarca de Maricá (1889).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
João Pedro Saboia Bandeira de Mello	1891	1906 (Falecimento)	1856 - Rio de Janeiro (cidade)	1906 - Petrópolis (Rio de Janeiro)	Promotor público das comarcas de São Bernardo das Russas (1879), atual Russas, na província do Ceará, e São João da Barra (1880), juiz municipal do termo de Campos (1881), juiz de direito da comarca de Floresta (1885), na província de Pernambuco, chefe de polícia na província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1886), e juiz de direito das comarcas de São Borja (1888), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, e Carmo (1889).
Joaquim Manoel de Araújo	1891	1896 (Aposentadoria)	C. 1840 - Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro)	1896 - Niterói (Rio de Janeiro)	Vice-presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1892). Juiz municipal de Campos dos Goytacazes (1864), juiz de direito da comarca de Santa Cruz (1874), na província do Espírito Santo, chefe de polícia da província do Paraná (1875), juiz de direito das comarcas de Antonina e Morretes (1876), na província do Paraná, Bananal (1879), na província de São Paulo, Cabo Frio (1880), Piraí (1882), Campinas (1885), na província de São Paulo, Rio das Mortes (1885), na província de Minas Gerais, e Campos dos Goytacazes (2ª Vara Cível - 1890).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
João Polycarpo dos Santos Campos	1891	1911 (Falecimento)	C. 1852 - Pernambuco	1911 - Petrópolis (Rio de Janeiro)	Na Província do Pará, foi promotor público da comarca de Cametá, juiz municipal do termo de Cintra (1876), juiz de direito da comarca de Gurupá (1877), chefe de polícia (1885), juiz dos feitos da Fazenda (1886) e da 2ª Vara Cível (1887) da Capital, e presidente (1889). Foi também juiz de direito da comarca de Barra Mansa (1890) e professor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
José Joaquim da Palma	1891	1909 (Aposentadoria)	1852 - Monte Cruzeiro, atual Elísio Medrado (Bahia)	1925 - Rio de Janeiro (cidade)	Na província da Bahia, foi promotor público das comarcas de Lavras Diamantinas (1878), atual Lençóis (1878), e Itapicuru (1878), e juiz municipal e de órfãos do termo de Itapicuru (1881), na província do Pará, juiz de direito da comarca de Porto de Moz (1883) e chefe de polícia (1885), na província de Pernambuco, juiz de direito das comarcas da Posse (1886) e de Cavalcante (1889). Foi também chefe de polícia do Estado da Bahia (1890), juiz de direito da comarca de Barra do Pirai (1890), representante do Tribunal da Relação no Congresso Jurídico Americano (1900), procurador-geral do Estado do Rio de Janeiro (1903-1909) e deputado federal (1909-1911 e 1915-1917).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Jacome Martins Baggi de Araujo	1896	1903 (Aposentadoria)	1848 - Bahia	1912	Promotor público da comarca de Feira de Santana (1870) e juiz substituto (1874), na província da Bahia, juiz de direito da comarca do Rio Maranhão (1879) e chefe de polícia (1883), na província de Goiás, e juiz de direito das comarcas de Capivari (1890), atual Silva Jardim, e Paraíba do Sul (1890). Foi também um propagador do Esperanto no Brasil.
Francisco de Castro Rebello	1896	1911 (Aposentadoria)	C. 1849 - Bahia	1933 - Rio de Janeiro (cidade)	Promotor público da comarca de Inhambupe (1875) e juiz municipal dos termos reunidos de Porto Seguro, Trancoso e Santa Cruz (1878), na província da Bahia, juiz de direito das comarcas de Bom Conselho (1884), na província de Pernambuco, São Fidélis (1889) e Nova Friburgo (1893).
Esperidião Eloy de Barros Pimentel Filho	1896	1919 (Aposentadoria)	C. 1856 - Alagoas	1934 - Petrópolis (Rio de Janeiro)	Juiz municipal e de órfãos do termo de Cristina (1879), na província de Minas Gerais, juiz substituto da 2ª Vara Cível de São Paulo (1883), juiz de direito das comarcas de Cururipe (1884), na província de Alagoas, e Resende (1889), e procurador-geral do Estado do Rio de Janeiro (1911-1914).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Arthur Henriques de Figueiredo e Mello	1905	1916 (Aposentadoria)	C. 1850 - Pernambuco	1917	Juiz municipal dos termos de São José e Campo Largo (1876), na província do Paraná, São Roque, Uno e Piedade (1880), na província de São Paulo, e Formiga (1884), na província de Minas Gerais, juiz de direito das comarcas de Cristina (1887), na província de Minas Gerais, Macaé (1891) e Niterói (1893).
Francisco Leite Bittencourt Sampaio Junior	1905	1931 (Falecimento)	C. 1863 - Rio de Janeiro	1931 - Rio de Janeiro (cidade)	Presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1930). Promotor público da comarca de Nova Friburgo (1885), juiz de direito das comarcas de Caldas (1889), no estado de Minas Gerais, Saquarema (1890), Rio Bonito (1891), São João Marcos (1891), Cantagalo (1893), Magé (1893), Macaé (1896) e de Niterói - 2ª e 1ª Varas (1906), e procurador-geral do Estado do Rio de Janeiro (1909-1911 e 1915-1923).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Arthur Annes Jacome Pires	1905	1920 (Falecimento)	1851 - Pernambuco	1920	Presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1919-1920). Promotor público na comarca de Natal (1873), na província do Rio Grande do Norte, juiz municipal e de órfãos do termo de Petrópolis (1878), juiz de direito da comarca de Rio Verde (1884), na província de Goiás, chefe de polícia da província do Amazonas (1886), juiz de direito das comarcas de Rio Verde (1884), Juazeiro (1888), na província da Bahia, Jaguarão (1890), no estado do Rio Grande do Sul, Campos (1891), Itabapoana (1891) e Petrópolis (1892). Em 31 de janeiro de 1920, presidiu a instalação do Tribunal da Relação no Palácio da Justiça, em Niterói.
Anísio de Carvalho Paiva	1911	1921 (Falecimento)	C. 1856 - Paraíba	1921 - Niterói (Rio de Janeiro)	Presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1920-1921). Na província da Paraíba, foi promotor público de Ingá (1881), juiz municipal de Alagoa do Monteiro, atual Monteiro (1881), Alagoa-Grande (1882) e Itabaiana do Pilar, atual Itabaiana (1883), e, no estado do Rio de Janeiro, foi juiz de casamentos de Niterói (1890) e juiz de direito da comarca de Barra Mansa (1894).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Henrique Graça	1911	1919 (Aposentadoria)	1856 - Ceará	1929 - Rio de Janeiro (cidade)	Promotor público da comarca de Itaguaí (1881), juiz municipal e de órfãos do termo de Santa Maria Madalena (1882), juiz de direito das comarcas de Paraty (1890), Teresópolis (1891), Niterói (1ª Vara Cível - 1891), Itaguaí (1893) e Valença (1893).
Eloy Dias Teixeira	1912	1936 (Aposentadoria)	1864 - Rio de Janeiro (cidade)	1945	Presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1922 e 1931). Juiz municipal de Resende (1893), juiz de direito da comarca de Barra do Pirai (1911) e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (1932-1936).
Gustavo Alberto de Aquino e Castro	1916	1919 (Aposentadoria)	1856 - Goiás	1946	Promotor público das comarcas de Nova Friburgo (1880), e São João del Rei (1882), na província de Minas Gerais, juiz de direito das comarcas de Uruguaiana (1886), na província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Tubarão (1888), na província de Santa Catarina, São José dos Campos (1889), na província de São Paulo, Nova Friburgo (1891), Barra Mansa (1893), Rio Bonito (1893), Cantagalo (1906), Capivari (1906) e Niterói (2ª Vara - 1906; 1ª Vara - 1909).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Luiz Antonino de Souza Neves	1919	1931 (Aposentadoria)	1855 - Rio de Janeiro	1937 - Niterói (Rio de Janeiro)	Presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1923). Juiz municipal do termo de Paraty (1880), promotor público da comarca de Itaguaí (1890) e juiz municipal do termo de Itaguaí (1891), juiz de direito das comarcas de Itaguaí (1893), Campos (1895) e Niterói (2ª Vara - 1916). Foi também diretor da revista <i>Arquivo Jurídico</i> (1901) e presidente do Instituto dos Advogados Fluminenses (1935).
Joaquim de Oliveira Machado Junior	1919	1932 (Aposentadoria)	1866 - Barra Mansa (Rio de Janeiro)	1933 - Niterói (Rio de Janeiro)	Presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1924 e 1932). Promotor público das comarcas de Iguape (1888), na província de São Paulo, e Magé (1889), juiz substituto de Magé (1890), juiz municipal (1891) e juiz de direito de Barra do Piraí (1893), juiz de direito das comarcas de Angra dos Reis (1894) e Vassouras (1895), e membro da Comissão de Reforma Judiciária do Estado do Rio de Janeiro (1932). Homenageado com o nome de Rua Desembargador Oliveira Machado, em Icaraí, na cidade de Niterói.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
José Candido da Silva Brandão	1919	1929 (Aposentadoria)	1866 - Rio de Janeiro (cidade)	1929 - Rio de Janeiro (cidade)	Presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1925). Juiz municipal de Niterói (1891), juiz de direito das comarcas de Cabo Frio (1895), Nova Friburgo (1906) e Petrópolis (1911), e juiz dos feitos da Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro (1913).
Cesar Nogueira Torres	1919	1931 (Aposentadoria)	1858 - São Paulo (São Paulo)	1944 - Niterói (Rio de Janeiro)	Presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1926). Juiz municipal e de órfãos do termo de Rio Claro (1887), juiz de direito das comarcas de Resende (1896) e Barra Mansa (1911), e juiz dos feitos da Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro (1919).
José Augusto de Godoy e Vasconcellos	1919	1930 (Aposentadoria)	1866 - Rio de Janeiro (cidade)	1932 - Rio de Janeiro (cidade)	Presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1927). Promotor público (1891) e juiz municipal de Valença (1894), juiz de direito das comarcas de Itaguaí (1895), Pirai (1896), Cabo Frio (1904) e Iguaçu (1906).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Custodio Manoel da Silveira	1920	1929 (Falecimento)	1868 - Recife (Pernambuco)	1929 - Rio de Janeiro (cidade)	Presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1928). Em Santa Teresa, atual Rio das Flores, foi juiz municipal do termo (1891) e juiz de direito da comarca (1896). Foi também juiz de direito da 1ª Vara de Campos (1916) e juiz dos feitos da Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro (1919).
Antonio Soares de Pinho Junior	1922	1937 (Aposentadoria)	1867 - Paraíba	1944 - Niterói (Rio de Janeiro)	Presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro (1929 e 1933). Juiz substituto em São Sebastião do Alto (1891), promotor público em Santa Maria Madalena (1892), juiz municipal do termo de Itaocara (1894), juiz de direito das comarcas de Paraty (1897), Barra do Pirai (1898) e Niterói (2ª Vara - 1911; e 1ª Vara - 1916), vice-presidente (1932) e presidente (1936) do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
Octavio Antonio da Costa	1929	1931 (Aposentadoria)	C. 1870 - Rio de Janeiro	1940 - Rio de Janeiro (cidade)	Promotor público da comarca de Macaé (1891), juiz municipal de Campos (1894), juiz de direito das comarcas de Santo Antônio de Pádua (1898), São Fidélis (1901), Cantagalo (1906) e Niterói (2ª Vara - 1920; 1ª Vara - 1922).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Antonio José Ribeiro de Freitas Junior	1930	1942 (Aposentadoria)	1874 - Rio de Janeiro (cidade)	1966 - Rio de Janeiro (cidade)	Vice-presidente da Corte de Apelação do Estado do Rio de Janeiro (1937). Promotor público da comarca de Pirai (1896), juiz municipal dos termos de Sumidouro (1898), Duas Barras (1906), Bom Jardim (1906), Santana de Japuiba (1907) e Itaguaí (1911), juiz de direito das comarcas de São Fidélis (1914) e Niterói (2ª Vara - 1919) e dos Feitos da Fazenda Pública (1920), e presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (1936-1937). Homenageado com o nome do Fórum Desembargador Antonio José Ribeiro de Freitas Junior, na cidade de Engenheiro Paulo de Frontin.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Aniceto de Medeiros Corrêa	1930	1953 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)	1883 - Macaé (Rio de Janeiro)	1956 - Niterói (Rio de Janeiro)	Presidente do Tribunal de Apelação do Estado do Rio de Janeiro (1935). Promotor público nas comarcas de Capivary, atual Silva Jardim (1906), e Resende (1908), juiz municipal em Maricá (1909) e Santa Teresa, atual Rio das Flores (1910), juiz de direito das comarcas de Bom Jardim (1921), Piraí (1921) e Niterói (3ª Vara - 1929; e Vara de Fazenda Pública - 1930). Foi também poeta e jornalista. Homenageado com a atribuição de seu nome a logradouros nas cidades de Macaé, Niterói, Rio das Flores e Rio de Janeiro.
Augusto José Pereira das Neves Filho	1931	1932 (Aposentadoria)	C. 1857 - Rio de Janeiro	1956	Juiz substituto de São João da Barra (1891), juiz municipal de Barra do Piraí (1893) e Niterói (1896), juiz de direito das comarcas de Itaguaí (1901), Santa Maria Madalena (1906) e Campos (2ª Vara - 1916).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Bernardino Candido de Almeida e Albuquerque	1931	1937 (Aposentadoria)	1867 - Paraíba	1944 - Niterói (Rio de Janeiro)	Presidente do Tribunal da Relação (1934) e da Corte de Apelação do Estado do Rio de Janeiro (1934). No estado do Rio de Janeiro, foi promotor público em Barra de São João (1891), atual Casimiro de Abreu, e São Fidélis (1892), juiz municipal em Santo Antônio de Pádua (1893), Macaé (1896) e Niterói (1900), juiz de direito das comarcas de Valença (1906), Santo Antônio de Pádua (1906), Capivari (1906), atual Silva Jardim, e Itaboraí (1909).
Alvaro Grain	1931	1937 (Aposentadoria)	1869 - Campos dos Goytacazes (Rio de Janeiro)	1943	Presidente da Corte de Apelação do Estado do Rio de Janeiro (1936). Delegado de polícia em Campos dos Goytacazes (1896), promotor público em São João da Barra (1899) e Campos dos Goytacazes (1902), juiz de direito das comarcas de Santo Antônio de Pádua (1916), Campos dos Goytacazes (1ª Vara - 1919) e Niterói (2ª Vara -1930). Homenageado com o nome de Rua Doutor Álvaro Grain, em Parque Corrientes, na cidade de Campos dos Goytacazes.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Julião Rangel de Macedo Soares	1931	1949 (Aposentadoria)	1879 - Minas Gerais	1961 - Rio de Janeiro (cidade)	<p>Presidente da Corte de Apelação e do Tribunal de Apelação do Estado do Rio de Janeiro (1937).</p> <p>No estado do Rio de Janeiro, foi promotor público das comarcas de Cabo Frio (1903), Resende (1905), Paraíba do Sul (1906) e Iguaçu (1906), juiz de direito das comarcas de São Francisco de Paula (1918) e Niterói (3ª Vara - 1921; e 2ª Vara - 1922), e juiz dos feitos da Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro (1930). Na mesma unidade federativa, foi também administrador da Caixa de Assistência dos Servidores (1931), vice-presidente do Tribunal Regional Eleitoral (1945-1949) e membro do Conselho Fiscal da Associação dos Magistrados Fluminenses (1954).</p>
Valentim Coelho Portas	1931	1941 (Aposentadoria)	1873 - Rio de Janeiro	1947	<p>Presidente do Tribunal de Apelação do Estado do Rio de Janeiro (1938).</p> <p>No estado do Rio de Janeiro, foi promotor público de Barra do Piraí (1894), juiz municipal de Rio Claro (1895 e 1906), Barra Mansa (1896), juiz de direito de Santo Antônio de Pádua (1910) e Paraíba do Sul (1915).</p>

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Zotico Antunes Baptista	1932	1941 (Aposentadoria)	1873 - Rio de Janeiro	1944 - Rio de Janeiro (cidade)	<p>1º vice-presidente (1938) e presidente (1939) do Tribunal de Apelação do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p>No estado de Minas Gerais, foi promotor de justiça da comarca de Além Paraíba (1895), e, no estado do Rio de Janeiro, juiz municipal em Rio Claro (1897), Bom Jardim (1903), Barra do Pirai (1905), Santa Teresa (1906) e Pirai (1906), e juiz de direito de Barra do Pirai (1912). Homenageado com o nome de Fórum Desembargador Zótico Antunes Baptista, na cidade de Barra do Pirai. É de sua autoria a obra <i>Código de Processo Civil: Decreto-Lei nº 1.608, de 18 de setembro de 1939 - anotado e comentado</i> (1940).</p>
Adolpho Macario Figueira de Mello	1933	1938 (Aposentadoria)	1870 - Paraíba do Sul (Rio de Janeiro)	1953	<p>Promotor público em Itaperuna (1894), juiz municipal dos termos de Itaperuna (1897), São Sebastião do Alto (1906) e Sapucaia (1906), juiz de direito das comarcas de Nova Friburgo (1911), Macaé (1920) e Niterói (2ª Vara - 1932).</p>

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Oldemar de Sá Pacheco	1935	1951 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)	1881 - Rio de Janeiro	1957 - Rio de Janeiro	Corregedor-geral da Justiça (1937-1939 e 1941) e presidente do Tribunal de Apelação do Estado do Rio de Janeiro (1940). Promotor público da comarca de Cantagalo (1912), juiz municipal dos termos de São Pedro de Aldeia (1913), Mangaratiba (1914) e São Gonçalo (1914), juiz de direito das comarcas de São João da Barra (1921) e Niterói (3ª Vara - 1922; 1ª Vara - 1929). Foi também presidente do Conselho Penitenciário do Estado do Rio de Janeiro.
João Maria Nunes Perestrello	1936	1937 (Aposentadoria)	C. 1868 - Rio de Janeiro (cidade)	1946 - Rio de Janeiro (cidade)	Promotor público da comarca de Sapucaia (1896), juiz municipal de São Sebastião do Alto (1897) e Cambuci (1898), juiz de direito das comarcas de Macaé (1911), Iguaçu (1920) e Petrópolis (1930).
Henrique Jorge Rodrigues	1936	1937 (Aposentadoria)	C. 1868 - Rio de Janeiro	1944 - Niterói (Rio de Janeiro)	Promotor público de Araruama (1893), juiz municipal de Carmo (1894), Santana de Macacu (1897) e Paraíba do Sul (1897), e procurador-geral do Estado do Rio de Janeiro (1930-1936).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Abel Sauerbronn de Azevedo Magalhães	1936	1951 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)	1881 - Cantagalo (Rio de Janeiro)	1969 - Niterói (Rio de Janeiro)	2º vice-presidente (1939) e presidente (1941-1945) do Tribunal de Apelação do Estado do Rio de Janeiro, e corregedor-geral da Justiça fluminense (1939-1940). Interventor federal no Estado do Rio de Janeiro (1945-1946), diretor da Faculdade de Direito de Niterói e membro da Academia Fluminense de Letras. Homenageado com o nome de Fórum Desembargador Abel Sauerbronn de Azevedo Magalhães, na cidade de Cantagalo.
João de Salles Pinheiro	1937	1938 (Aposentadoria)	C. 1870 - Rio de Janeiro	1943	Promotor público (1906) e juiz municipal (1908) de Paraíba do Sul, juiz de direito das comarcas de Cabo Frio (1913), Vassouras (1919) e Niterói (2ª Vara Cível - 1933).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Arthur Vasco Itabaiana de Oliveira	1937	1949 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)	1879 - Macaé (Rio de Janeiro)	1952 - Niterói (Rio de Janeiro)	Presidente da Corte de Apelação do Estado do Rio de Janeiro (1946). Promotor público de Rio Bonito (1903) e Itaboraí (1906), juiz municipal em Santa Tereza (1907), atual Rio das Flores, Sumidouro (1908), Bom Jardim (1911), São Francisco de Paula (1911), atual Trajano de Moraes, e São Sebastião do Alto (1915), juiz de direito de São João da Barra (1919), Santo Antonio de Pádua (1919), Itaguaí (1924), Itaocara (1929) e Iguazu (1ª Vara - 1931). Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>Princípios de sucessões e testamentos</i> (1910); <i>Elementos de Direito das Sucessões</i> (1918) e <i>Tratado de Direito de Sucessões</i> (1936). Homenageado com o nome de Fórum Desembargador Itabaiana de Oliveira, na cidade de Nova Iguaçu, e o de Rua Desembargador Itabaiana de Oliveira, em Icaraí, na cidade de Niterói.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Ivair Nogueira Itagiba	1937	1948 (Exoneração, a pedido, para assumir o cargo de secretário do Interior e Justiça do estado do Rio de Janeiro)	1902 - São João Nepomuceno (Minas Gerais)	1981	No estado do Rio de Janeiro, foi prefeito do município de Macaé (1935-1937), procurador-geral (1937), presidente do Tribunal de Justiça (1947) e, em 1948, foi exonerado, a pedido, do cargo de desembargador para assumir o de secretário do Interior e Justiça. Entre as suas obras, podem ser citadas: <i>A família: comentários à lei da sua organização e proteção, codificação</i> (1941); <i>do homicídio</i> (1945); <i>O pensamento político universal e a constituição brasileira</i> (1947); <i>Homicídio, exclusão de crime e isenção de pena</i> (1958); <i>A constituição estadual no Supremo Tribunal Federal</i> (1976); e <i>Anteprojeto de Constituição para o Brasil e exposição de motivos</i> (1980). Homenageado com a atribuição de seu nome ao Fórum, na cidade de Macaé.
Athayde Parreiras	1937	1946 (Falecimento)	1883 - Rio de Janeiro	1946 - Niterói (Rio de Janeiro)	Promotor público de Santa Maria Madalena (1907) e Vassouras (1909), juiz de direito das comarcas de São Francisco de Paula (1921), atual Trajano de Moraes, Maricá (1924) e Iguaçú (1930), e juiz dos feitos da Fazenda Pública do Estado do Rio de Janeiro (1931).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Agenor Ferreira Rabello	1937	1958 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)	1894 - Itaperuna (Rio de Janeiro)	1981	Promotor público em Itaperuna (1921), e Monte Santo (1927), no estado de Minas Gerais, deputado federal (1935-1937), eleito pelo estado do Rio de Janeiro, onde foi presidente do Tribunal de Justiça (1948) e do Tribunal Regional Eleitoral (1951). Homenageado com o nome de Rua Agenor Rabello, no Recreio dos Bandeirantes, na cidade do Rio de Janeiro.
Manoel Barreto Dantas	1938	1946 (Aposentadoria)	1878 - Bahia	1958	Corregedor-geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1945). Promotor público de Angra dos Reis (1907), juiz municipal de Monte Verde, atual Cambuci (1910), e de São Pedro da Aldeia (1914), juiz de direito das comarcas de Cantagalo (1920), São Francisco de Paula, atual Trajano de Moraes (1921), Magé (1921), Valença (1929) e Niterói (1ª Vara - 1935).
Americo Lobo Leite Pereira Junior	1938	1941 (Aposentadoria)	1878 - Minas Gerais	1943	Juiz municipal do termo de Sapucaia (1911), juiz de direito das comarcas de Sapucaia (1922), Pirai (1929), Maricá (1931), Resende (1931) e Niterói (3ª Vara - 1938).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Ulysses de Medeiros Corrêa	1938	1938 (Posto em disponibilidade) ⁴	1886 - Rio de Janeiro	1973 - Araruama (Rio de Janeiro)	No estado do Rio de Janeiro, foi promotor público de Carmo (1907), juiz municipal do termo de Rio Claro (1910), juiz de direito das comarcas de Araruama (1920) e Macaé (1933), juiz dos feitos da Fazenda Pública (1938), e presidente da Comissão de Sindicâncias, instalada pelo interventor federal Ary Parreiras.

⁴ POR ATO DE 18 DE ABRIL DE 1938, FOI POSTO EM DISPONIBILIDADE REMUNERADA POR SER IRMÃO DO DESEMBARGADOR ANICETO DE MEDEIROS CORRÊA, MEMBRO DO MESMO TRIBUNAL. A DECISÃO TEVE POR BASE O CÓDIGO JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE DETERMINAVA NÃO PODEREM TOMAR ASSENTO, SIMULTANEAMENTE, NO TRIBUNAL DE APELAÇÃO, PARTES CONSANGUÍNEAS OU AFINS EM LINHA ASCENDENTE OU COLATERAL ATÉ O SEGUNDO GRAU.

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Tobias Dantas Cavalcanti	1941	1954 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)	1884 - Paraíba	1963	Promotor público das comarcas de Angra dos Reis (1908), Cabo Frio (1910) e Cantagalo (1913), juiz municipal dos termos de São Pedro da Aldeia (1914), Capivari (1916), atual Silva Jardim, e Itaguaí (1922), juiz de direito das comarcas de Cambuci (1922), Capivari (1922), atual Silva Jardim, Rio Bonito (1925), Barra Mansa (1929), de Iguazu (2ª Vara - 1931; 1ª Vara Cível - 1937) e Niterói (1ª Vara - 1939), e presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1949). Foi também vice-presidente (1951) e presidente (1953-1954) do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro.
Sydenham de Lima Ribeiro	1941	1951 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)	1881 - São Paulo	1975	Juiz municipal dos termos de Saquarema (1911), Mangaratiba (1914) e São Gonçalo (1921), juiz de direito das comarcas de Itaocara (1921 e 1929), Santo Antônio de Pádua (1924 e 1930), Barra do Pirai (1932) e Niterói (2ª Vara - 1937), e presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1950).

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Alvaro Ferreira da Silva Pinto	1941	1963 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)	1893 - Rio de Janeiro	1969	<p>Corregedor-geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1942-1944).</p> <p>No estado do Rio de Janeiro, foi promotor público nas comarcas de Cabo Frio (1922), Santo Antônio de Pádua (1923), São Gonçalo (1925) e Nova Iguaçu (1926), juiz de direito das comarcas de Carmo (1929), São João da Barra (1930), Cambuci (1931), Campos (3ª Vara - 1931), Iguaçu (2ª Vara - 1937) e Niterói (3ª Vara - 1938), presidente (1945-1948, 1954-1956 e 1962-1963) e vice-presidente (1961) do Tribunal Regional Eleitoral, corregedor da Justiça Eleitoral (1961), 1º vice-presidente (1950) e presidente (1951) do Tribunal de Justiça. Foi também presidente da Associação dos Magistrados Fluminenses (1954-1955), e professor da Escola Livre de Direito Clóvis Bevilacqua e da Faculdade de Direito de Niterói. Homenageado com o nome de Rua Desembargador Alvaro Ferreira da Silva Pinto, no Parque Tamandaré, na cidade de Campos dos Goytacazes.</p>

DESEMBARGADORES	POSSE	FIM DO EXERCÍCIO	NASCIMENTO / NATURALIDADE	FALECIMENTO	OUTROS DADOS BIOGRÁFICOS RELEVANTES
Luiz da Silveira Paiva	1942	1955 (Aposentadoria no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)	1885 - Paraíba	1969	Promotor público da comarca de Rio Bonito (1917), juiz municipal do termo de Santana de Japuiba (1920), juiz de direito das comarcas de São João da Barra (1922) e Campos (1ª Vara - 1930), 3º (1949) e 2º (1950) vice-presidente e presidente (1952) do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Foi também membro do Conselho Deliberativo da Associação dos Magistrados Fluminenses (AMF) no biênio 1962-1963.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Assentamento individual de magistrados.

ACERVO SOB A GUARDA DO MUSEU DA JUSTIÇA – CENTRO CULTURAL DO PODER JUDICIÁRIO (CCMJ)

Ata de instalação do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro e demais sessões: 1891-1892.

Atas das Eleições para presidente e vice-presidente do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro: 1891-1938.

Atas do Tribunal Pleno: 1943-1948.

Exposição “A Magistratura em Prosa e Verso: 2001”. (Textos elaborados).

Livro de Assentamentos de Magistrados: 1899-1924.

Livro de Assentamentos funcionais: 1926-1946.

Livro de Registro das Atas das Sessões do Tribunal Pleno: 1948-1951.

Livro de Registro de Atas do Tribunal Pleno: 1951-1952.

Livro de Registro de Compromisso de Magistrados: 1925-1941.

Livro de Registro de Idade de Desembargadores, Juizes de Direito e Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro: 1937-1947.

Livro de Registro de Nomeações de Magistrados: 1891-1938.

Livro de Registro de Nomeações de Suplentes e Magistrados: 1926-1940.

Livro de Registros das Listas de Antiguidades dos Juízes, Membros do Ministério Público e Funcionários Auxiliares da Justiça Local: 1925-1948.

Livro de Registros de Atas das Sessões da Corte de Apelação do Distrito Federal: 1925-1930.

Livro de Registros de Atas das Sessões do Tribunal Pleno: 1952-1956.

Livro de Registros de Atas das Sessões: 1936-1939.

Livro de Registros de Correspondência do Presidente da Corte de Apelação do Distrito Federal: 1913-1915.

Livro de Registros de Correspondências da Corte de Apelação do Distrito Federal: 1916-1917.

Livro de Registros de Correspondências da Presidência da Corte de Apelação do Distrito Federal com o Governo da República: 1896-1905.

Livro de Registros de Correspondências da Secretaria da Corte de Apelação do Distrito Federal: 1915-1917.

Livro de Registros de Correspondências e Folhas de Pagamento do Tribunal de Apelação do Distrito Federal: 1939-1940.

Livro de Registros de Nomeações e Pedidos de Licença do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro: 1931-1946.

Livro de Registros de Posses de Magistrados: 1891-1974.

Livro de Registros de Termos de Compromisso dos Juizes de Direito, Pretores e Suplentes de Pretores da Corte de Apelação do Distrito Federal: 1912-1925.

Livro de Registros de Termos de Posse de Presidentes: 1934-1973.

Livro de Registros de Termos de Posse de Vice-Presidentes da Corte de Apelação do Distrito Federal: 1930-1973.

Relatório da Presidência do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro: 1912.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado pelo Seu Presidente Desembargador José Cândido da Silva Brandão ao Exmo. Sr. Presidente do Estado Dr. Feliciano Pires de Abreu Sodré: 1925.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado pelo Seu Presidente Desembargador

Arthur Annes Jacome Pires ao Exmo. Sr. Presidente do Estado Dr. Raul de Moraes Veiga: 1920.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado pelo Seu Presidente Desembargador Carlos José Pereira Bastos ao Exmo. Sr. Presidente do Estado Dr. Francisco Chaves de Oliveira Botelho: 1914.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado pelo Seu Presidente Desembargador Carlos José Pereira Bastos ao Exmo. Sr. Presidente do Estado Dr. Nilo Peçanha: 1915.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado pelo Seu Presidente Desembargador Carlos José Pereira Bastos ao Exmo. Sr. Presidente do Estado Dr. Nilo Peçanha: 1916.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado pelo Seu

Presidente Desembargador Carlos José Pereira Bastos ao Exmo. Sr. Presidente do Estado Dr. Raul de Moraes Veiga: 1919.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado pelo Seu Presidente Desembargador Eloy Dias Teixeira ao Sr. Presidente do Estado Dr. Raul de Moraes Veiga: 1922.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado pelo Seu Presidente Desembargador José Antônio Gomes ao Exmo. Sr. Presidente do Estado Dr. Alfredo Augusto de Guimarães Backer: 1909.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado pelo Seu Presidente Desembargador José Antônio Gomes ao Exmo. Sr. Presidente do Estado Dr. Alfredo Backer: 1907.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado pelo Seu

Presidente Desembargador José Antônio Gomes ao Exmo. Sr. Presidente do Estado Dr. Joaquim Mauricio de Abreu: 1896.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado pelo Seu Presidente Dr. José Antônio Gomes ao Exmo. Sr. Presidente do Estado Dr. Joaquim Maurício de Abreu: 1895.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado pelo Seu Presidente Desembargador Joaquim de Oliveira Machado Júnior ao Exmo. Sr. Presidente do Estado Dr. Feliciano Pires de Abreu Sodré: 1924.

Relatório do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro: 1921.

Relatório do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro: 1911.

Relatório do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro: 1917.

Relatório dos Trabalhos do Tribunal da Relação do Estado do Rio de Janeiro Apresentado pelo Seu Presidente Desembargador Antônio Soares de Pinho Júnior ao Exmo. Sr. Presidente do Estado Manuel de Mattos Duarte Silva: 1929.

Relatórios Apresentado Pelo Presidente da Corte de Apelação do Estado do Rio de Janeiro: 1935.

Revisão de Lista de Antiguidades dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro: 1934-1961.

RIO DE JANEIRO (Município).
Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano – Gerência de Cadastro Técnico. Ofício nº 203 SMU/CGPU/GCT, de 21 de novembro de 2011.

Termos de Posse de Corregedores: 1938-1973.

Termos de Posses de Juízes do Tribunal Cível e Criminal do Distrito Federal: 1905-1912.

OUTROS DOCUMENTOS

GUANABARA (Estado). Registro Civil das Pessoas Naturais. 5ª circunscrição: Lagoa e Gávea. Óbito nº 70.625. Edgard Ribas Carneiro. Cópia Digital.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição Federal de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 8 mar. 2019.

BRASIL. Decreto de 26 de fevereiro de 1924. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Diário Oficial da União, 29 de fevereiro de 1924, p. 5812.

BRASIL. Decreto de 28 de março de 1932. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Diário Oficial da União, de 31 de março de 1932, p. 5933.

BRASIL. Decreto de 3 de novembro de 1939. Ministério das Relações Exteriores. Diário Oficial da União, 6 de novembro de 1939, Seção I, p. 26054.

BRASIL. Decreto nº 1888, de 9 de julho de 1908. *Autoriza o Presidente da República a conceder ao Dr. Henrique João Dodsworth, juiz da Corte de Apelação, um ano de licença, com todos os vencimentos, para tratamento de saúde onde lhe convier.* Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/173949-autoriza-o-presidente-da-republica-a-conceder-ao-dr-henrique-joao-dodsworth-juiz-da-corte-de-appellacao-um-anno-de-licenca-com-todos-os-vencimentos-para-tratamento-de-saude-onde-lhe-convier.html>>. Acesso em: 1 nov. 2016.

BRASIL. Decreto nº 19.408, de 18 de novembro de 1930. *Reorganiza a Corte de Apelação, e dá outras providências.* Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19408-18-novembro-1930-516290-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 19.684, de 10 de fevereiro de 1931. *Promulga os dispositivos disciplinares da Comissão Legislativa, com sede nesta Capital.* Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=20638&norma=358>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

BRASIL. Decreto nº 19.720, de 20 de fevereiro de 1931. *Aposenta desembargadores da Corte de Apelação e outros membros da Justiça local.* Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19720-20-fevereiro-1931-532024-publicacaooriginal-83183-pe.html>>. Acesso em: 7 dez. 2016.

BRASIL. Decreto nº 20.264, de 30 de julho de 1931. *Dispõe sobre a Comissão Legislativa.* Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20264-30-julho-1931-508594-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 dez. 2016.

BRASIL. Decreto nº 22.213, de 14 de dezembro de 1932. *Aprova a Consolidação das Leis Penais, de autoria*

do Sr. Desembargador Vicente Piragibe.
Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d22213.htm>. Acesso em: 12 jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 3.431, de 5 de abril de 1865. *Declara de primeira entrância a Comarca dos Reis Magos, restabelecida na Província do Espírito Santo.* Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3431-5-abril-1865-554607-publicacaooriginal-73321-pe.html>>. Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 848, de 11 de outubro de 1890. *Organiza a Justiça do Distrito Federal.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D848.htm>. Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 87, de 24 de dezembro de 1899. *Cria mais um lugar de curador geral de heranças jacentes e bens de ausentes.* Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/decreto/1851-1899/D0087.htm>. Acesso em: 02 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 9.263, de 28 de dezembro de 1911. *Reorganiza a Justiça do Distrito Federal.* <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9263-28-dezembro-1911-516646-republicacao-100262-pe.html>>. Acesso em: 03 set. 2019.

BRASIL. Decreto nº 12.607, de 16 de agosto de 1917. *Abre ao Ministério da Fazenda o crédito especial de 24:537\$495, para pagamento do que é devido a D. Alice de Andrade Pinto do Rego Monteiro, viúva do Dr. Zacharias do Rego Monteiro, exdesembargador da Côrte de Appellação, em virtude de sentença judiciária.* Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/19101919/decreto12607-16agosto1917512929publicacaooriginal1pe.html>>. Acesso em: 24 jan. 2017.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.035, de 27 de fevereiro de 1940. *Dispõe sobre a organização da Justiça do Distrito Federal.* Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2035-27-fevereiro-1940-411966-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 03 set. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.876, de 16 de setembro de 1946. *Dispõe sobre a transferência de Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda para a carreira diplomática.* Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9876-16-setembro-1946-457375-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 jul. 2016.

BRASIL. Lei nº 3.752, de 14 de abril de 1960. *Dita normas para a convocação da Assembleia Constituinte do Estado da Guanabara e dá outras providências.* Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L3752.htm>. Acesso em: 28 fev. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. Resolução nº 11, de 25 de setembro de 2003. *Denomina Fórum Desembargador Ivair Nogueira Itagiba o novo prédio do Fórum da Comarca de Macaé.* Disponível em: <<http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.html>>. Acesso em: 11 jun. 2018.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 3331 de 30 de novembro de 1981. *Reconhece condicionalmente, como logradouro público da Cidade do Rio de Janeiro, com denominação aprovada, a RUA AGENOR RABELLO (Agenor Ferreira Rabello – Desembargador (A.J.), situada na XXIV Região Administrativa – Barra da Tijuca.* Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1981/334/3331/decreto-n-3331-1981-reconhece-condicionalmente-como-logradouro-publico-da-cidade-do-rio-de-janeiro-com-de-nominacao-aprovada-a-rua-agenor-rabello-agenor-ferreira-rabello-desembargador-aj-situada-na-xxiv-regiao-administrativa-barra-da-tijuca>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

RIO DE JANEIRO (Município). Decreto nº 34.433, de 11 de setembro de 2011. *Determina o tombamento definitivo das edificações da Casa de Saúde São Sebastião e cria área de entorno de bem tombado situado à Rua Bento Lisboa, nº 160, Catete – IV RA.*

BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Dunshee de. *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil: apontamentos biográficos sobre todos os presidentes, vice-presidentes da República, ministros de Estado, senadores e deputados ao Congresso Nacional (1889-1917)*. Segundo Volume. São Paulo, 1918.

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense e suas comarcas: capital*. Rio de Janeiro, 2008.

ABREU, Antonio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense e suas comarcas: interior*. Rio de Janeiro, 2009.

ABREU, Antonio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense: período republicano*. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

ARAÚJO, Rosalina Corrêa de. *O Estado e o Poder Judiciário no Brasil*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro: da Glória ao Cosme Velho: IV Região Administrativa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

BERGER, Paulo. *Dicionário histórico das ruas do Rio de Janeiro: do Leme à Gávea: V e VI Regiões Administrativas*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. 7. 1899.

COSTA, Edgard. *Efemérides Judiciárias*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro, 1961.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa / Aurélio Buarque de Holanda Ferreira*. Coordenação Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. 5ª ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FERREIRA, Jurandyr Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Vol. XX, 1958.

FUCK, Luciano Felício. *Memória Jurisprudencial: Ministro Nelson Hungria*. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2012. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verTexto.asp?servico=bibliotecaConsultaProdutoBibliotecaPastaMinistro&pagina=NelsonHungriaPrincipal>. Acesso em: 19 jul. 2019.

GABAGLIA, Julio de Barros Raja. As Ciências Jurídicas e Sociais. In: *Livro do centenário (1500-1900)* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, Vol. 3, 1902, p. 152-210.

GALVÃO, Miguel Archanjo. *Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brasil no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

GERSON, Brasil. *História das ruas do Rio*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Lacerda Ed., 2000.

GONÇALVES, Ayrton Luiz. *Dicionário das ruas da Barra da Tijuca*. Rio de Janeiro: Thex Ed., 2001.

MAIA, Júlio Joaquim Gonçalves. *Lista geral dos bacharéis e doutores formados pela Faculdade de Direito de São Paulo e dos lentes e diretores efetivos até 1900*. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rfdsp/article/view/64988/67600>>. Acesso em: 18 dez. 2018.

MARTINS, Henrique. *Lista geral dos bacharéis e doutores que têm obtido o respectivo grau na Faculdade de Direito do Recife, desde sua fundação em Olinda, no ano de 1828, até o ano de 1931*. Recife: Typographia Diário da Manhã, 1931.

MUSEU Histórico Nacional (MHN). *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, vol. I, 1940. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=MHN&pasta=&pesq=caneta%20de%20ouro>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

NOGUEIRA, José Luiz Almeida. *A Academia de São Paulo: tradições e reminiscências – estudantes, estudantões, estudantadas*. São Paulo: Typographia “A Editora”, 1908.

NOGUEIRA, Octaciano. *Parlamentares do Império: obra comemorativa do sesquicentenário da Instituição Parlamentar no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1973.

OLIVEIRA, Arthur Vasco Itabaiana de. *Curso de Direito das Sucessões*. Rio de Janeiro: Editorial Andes, 1985.

OLIVEIRA, Lili Rose Cruz. *Tijuca, de rua em rua*. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Imaginário Histórico e Poder Cultural. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 26, 2000, p. 183-202.

PITANGA, A. F. de Souza. O selvagem perante o direito. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo LXIII, Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901, pp. 19-38. Disponível em:

<<https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/itemlist/filter.html?searchword438-from=1900&searchword438-to=1901&moduleId=219&Itemid=174>>. Acesso em: 3 nov. 2016.

Pontes de Miranda: pequena biobibliografia comemorativa do seu 80º aniversário. *Revista Trimestral de Direito Processual*. Ano I, volume IV, dez. 1976, p. 195.

SILVA, Paulo R. Paranhos da. *A Justiça em Niterói: juízes e tribunais (1819-1975)*. Teresópolis, 1995.

SILVA, Paulo Roberto Paranhos da. *Rio de Janeiro: 240 anos de justiça – regedores e presidentes*. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Oficial, 1990.

Silva, Renato da. *Abandonados e Delinquentes: A infância sob os cuidados da medicina e do Estado – o Laboratório de Biologia Infantil (1935-1941)*. Rio de Janeiro, 2003.

SOARES, Emmanuel de Macedo. *Contribuição à história da magistratura fluminense*

(1835-1889). Niterói: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2007.

SUSSEKIND, Arnaldo. Desembargador Frederico Sussekind (Centenário). In: *Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*, nº 5, pp230-321, 1990.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). *A magistratura e o cenário urbano carioca: personalidades homenageadas na denominação de logradouros públicos*. Rio de Janeiro: Museu da Justiça, 2016.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). Arthur Annes Jacome Pires: biografia. *Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, RJ, n. 18, p. 360., jan. 1994.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (Rio de Janeiro). *Museu da Justiça: cadernos de exposições*. Rio de Janeiro, RJ: Tribunal de Justiça, 2009.

WEHLING, Arno. O Escravo Ante a Lei Civil e Penal no Império. In: WOLKMER,

Antonio Carlos (org.). *Fundamentos de História do Direito*. Belo Horizonte: editora Del Rey, 2006.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

Academia Brasileira de Letras (ABL). Acadêmicos. <<http://www.academia.org.br/academicos/membros>>. Acesso em: 04 set. 2019.

Arquivo Público Mineiro. <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 04 set. 2019.

Associação de Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ). Histórico. <<http://amaerj.org.br/historico/>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). Galeria de ex-presidentes. <<http://www.amb.com.br/conheca-a-amb>>. Acesso em: 04 out. 2018.

Associação Antigos Alunos Faculdade de Direito da USP (ARCADAS). Antigos Alunos. <http://arcadas.org.br/antigos_alunos.php?pagina=935&ano=>>. Acesso em: 04 set. 2019.

Biblioteca Digital Luso-Brasileira. <<https://bdlb.bn.br/>>. Acesso em: 04 set. 2019.

Botafogo Futebol e Regatas. História. <<http://www.botafogo.com.br/historia.php?cat=oclube>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

Center for Research Libraries – Global Resources Network. Brazilian Government Documents. <<http://ddsnext.crl.edu/titles?f%5Bcollection%5D=collection%3ABrazilian%20Government%20Documents>>. Acesso em: 04 set. 2019.

Congresso Nacional. Rede Virtual de Bibliotecas. <<http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/>>. Acesso em: 04 set. 2019.

Correios. Busca CEP – Endereço. <<http://www.buscapep.correios.com.br/sistemas/buscapep/resultadoBuscaCepEndereco.cfm>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

Fundação Getúlio Vargas (FGV). Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>>. Acesso em: 04 set. 2019.

Fundação José Augusto. Figuras de destaque. <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=2&ved=0ahUKEwi8gvyy68vQAhUHh5SAKHxNmCIsQFggeMAE&url=http%3A%2F%2Fadcon.rn.gov.br%2FACERVO%2Fsecretaria_extraordinaria_de_cultura%2FD0C%2FD0C00000000111263.PDF&usq=AFQjCNE0QeGPjUq2oI-z6sri2Lm40EvzFg>. Acesso em: 28 nov. 2016.

Hemeroteca Digital Brasileira. <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 04 set. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades. <<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 set. 2019.

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Presidentes. <<http://www.ihgmg.org.br/pagina/presidentes>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Jusbrasil. Diários Oficiais. <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/>>. Acesso em: 04 set. 2019.

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Procuradores-Gerais. <<http://www.mprj.mp.br/institucional/historia/procuradores-gerais>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

Museu Virtual de Itabaiana. <<http://museu.itabaiana.pb.gov.br/itabaiana/>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

PARANÁ. Governo do Estado. Casa Civil. Américo Lobo Leite Pereira.

<<http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=22>>. Acesso em: 07 fev. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO. Abel Magalhães. <<http://www.cantagalo.rj.gov.br/index.php/filhos-ilustres/129-abel-magalhaes>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

Rede de Informação Legislativa e Jurídica (LexMI). <<https://www.lexml.gov.br/>>. Acesso em: 04 set. 2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Estado de Educação. <<http://www.conexaoescola.rj.gov.br/nossas-escolas?pagina=&Nome=desembargador+alvaro&CodigoDaRegional=&Municipio=&Bairro=>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria de Patrimônio Cultural. <<http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/apac/>>. Acesso em: 04 set. 2019.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal de Urbanismo. Acervo de Imagens – PAA/PAL. <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp>>. Acesso em: 04 set. 2019.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Cultura. Arquivo Histórico de São Paulo. Histórico das Ruas de São Paulo. <<http://www.dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/ListaLogradouro.aspx>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

Scientific Eletronic Library Online. SciELO. <<https://www.scielo.org/>>. Acesso em: 04 set. 2019.

Superior Tribunal de Justiça. Ministros do Tribunal Federal de Recursos, STJ. <http://www.stj.jus.br/web/verCurriculoMinistro?parametro=5&cod_matriculamin=0001147>. Acesso em 14. Set. 2017.

Superior Tribunal Militar. Memória. <<https://www.stm.jus.br/o-stm-stm/memoria>>. Acesso em: 04 set. 2019.

Supremo Tribunal Federal. Ministros. <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/ministro.asp>>. Acesso em: 04 set. 2019.

Tribunal Superior Eleitoral. Ministros. Origem. <<http://www.tse.jus.br/o-tse/ministros/origem>>. Acesso em: 04 set. 2019.

WORLDCAT (Bibliotecas). <<http://www.worldcat.org>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abel Sauerbronn de Azevedo Magalhães
Estado do Rio de Janeiro, 100

Adelmar Tavares
Distrito Federal, 64

Adolpho Macario Figueira de Mello
Estado do Rio de Janeiro, 98

Affonso Lopes de Miranda
Distrito Federal, 27

Afranio Antonio da Costa
Distrito Federal, 63

Agenor Ferreira Rabello
Distrito Federal, 103

Agostinho de Carvalho Dias Lima
Distrito Federal, 23

Alfredo de Almeida Russell
Distrito Federal, 40

Alfredo Machado Guimarães
Distrito Federal, 38

Alvaro Bittencourt Berford
Distrito Federal, 50

Alvaro Ferreira da Silva Pinto
Distrito Federal, 106

Alvaro Goulart de Oliveira
Distrito Federal, 49

Alvaro Grain
Estado do Rio de Janeiro, 96

Alvaro Moutinho Ribeiro da Costa
Distrito Federal, 66

Americo Lobo Leite Pereira Junior
Distrito Federal, 103

André de Faria Pereira
Distrito Federal, 47

Aniceto de Medeiros Corrêa
Estado do Rio de Janeiro, 95, 104

Anisio de Carvalho Paiva
Estado do Rio de Janeiro, 89

Antonio Angra de Oliveira
Distrito Federal, 37

Antonio Augusto Ribeiro de Almeida
Distrito Federal, 20

Antonio Carlos Lafayette de Andrada
Distrito Federal, 67

Antonio de Souza Martins
Distrito Federal, 15

Antonio Eugenio Magarinos Torres
Distrito Federal, 60

Antonio Ferreira de Souza Pitanga
Distrito Federal, 26

Antonio Gonçalves de Carvalho
Distrito Federal, 23

Antonio Joaquim de Macedo Soares
Distrito Federal, 21

Antonio Joaquim Rodrigues
Distrito Federal, 17

Antonio José Ribeiro de Freitas Junior
Estado do Rio de Janeiro, 94

Antonio Pedro Ferreira Lima
Estado do Rio de Janeiro, 83

Antonio Rodolfo Toscano Espinola
Distrito Federal, 66

Antonio Soares de Pinho Junior
Estado do Rio de Janeiro, 93

Antonio Vieira Braga
Distrito Federal, 69

Armando de Alencar
Distrito Federal, 43

Arthur Annes Jacome Pires
Estado do Rio de Janeiro, 89

Arthur da Silva Castro
Distrito Federal, 44

Arthur Henriques de Figueiredo e Mello
Estado do Rio de Janeiro, 88

Arthur Quadros Collares Moreira
Distrito Federal, 41

Arthur Soares de Moura
Distrito Federal, 43

Arthur Vasco Itabaiana de Oliveira
Estado do Rio de Janeiro, 101

Ary de Azevedo Franco
Distrito Federal, 71

Ataulpho Napoles Paiva
Distrito Federal, 29

Athayde Parreiras
Distrito Federal, 102

Augusto José Pereira das Neves Filho
Estado do Rio de Janeiro, 95

Augusto Saboia da Silva Lima
Distrito Federal, 61

Auto Barbosa Fortes
Distrito Federal, 44

B

Bellarmino da Gama e Souza
Distrito Federal, 30

Bento Luiz de Oliveira Lisboa
Distrito Federal, 19

Bernardino Candido de Almeida
e Albuquerque
Estado do Rio de Janeiro, 96

C

Caetano Pinto de Miranda Montenegro
Distrito Federal, 28

Candido Mesquita da Cunha Lobo
Distrito Federal, 62

Carlos de Souza da Silveira
Estado do Rio de Janeiro, 79

Carlos Honorio Benedicto Ottoni
Estado do Rio de Janeiro, 81

Carlos José Pereira Bastos
Estado do Rio de Janeiro, 82

Cassiano Cândido Tavares Bastos
Distrito Federal, 24

Celso Aprigio Guimarães
Distrito Federal, 30

Cesar Nogueira Torres
Estado do Rio de Janeiro, 92

Cesario da Silva Pereira
Distrito Federal, 39

Cicero Seabra
Distrito Federal, 34

Custodio Manoel da Silveira
Estado do Rio de Janeiro, 93

D

Dario Cavalcanti do Rego e Albuquerque
Estado do Rio de Janeiro, 78

Diogo José de Andrada Machado
Distrito Federal, 33

Decio Cesario Alvim
Distrito Federal, 56

E

Edgard Costa
Distrito Federal, 51

Eduardo Pindahyba de Mattos
Distrito Federal, 13, 14

Edgard Ribas Carneiro
Distrito Federal, 73

Eloy Dias Teixeira
Estado do Rio de Janeiro, 90

Edmundo de Almeida Rego
Distrito Federal, 37

Elviro Carrilho da Fonseca e Silva
Distrito Federal, 37

Edmundo de Oliveira Figueiredo
Distrito Federal, 57

Emmanuel de Almeida Sodré
Distrito Federal, 72

Edmundo Muniz Barreto
Distrito Federal, 28

Enéas Galvão
Distrito Federal, 31

Eduardo de Souza Santos
Distrito Federal, 69

Ernesto Francisco de Lima Santos
Distrito Federal, 22

Esperidião Eloy de Barros Pimentel
Distrito Federal, 17

Esperidião Eloy de Barros Pimentel Filho
Estado do Rio de Janeiro, 87

Eusebio Francisco de Andrade
Distrito Federal, 43

F

Flaminio Barbosa de Rezende
Distrito Federal, 46

Francisco Cavalcanti Pontes de Miranda
Distrito Federal, 54

Francisco Cesário Alvim
Distrito Federal, 39

Francisco de Castro Rebello
Estado do Rio de Janeiro, 87

Francisco de Faria Lemos
Distrito Federal, 16

Francisco de Paula Rocha Lagôa Filho
Distrito Federal, 63

Francisco José Viveiros de Castro
Distrito Federal, 28

Francisco Leite Bittencourt Sampaio Junior
Estado do Rio de Janeiro, 88

Francisco Muniz da Silva Ferraz
Estado do Rio de Janeiro, 83

Frederico de Barros Barreto
Distrito Federal, 57

Frederico Sussekind
Distrito Federal, 58

Fructuoso Moniz Barreto de Aragão
Distrito Federal, 52

G

Galdino de Siqueira
Distrito Federal, 48

Geminiano da Franca
Distrito Federal, 36

Graciliano Augusto Cesar Wanderley
Estado do Rio de Janeiro, 82

Guilherme Cordeiro Coelho Cintra
Distrito Federal, 19

Guilherme Estellita
Distrito Federal, 72

Gustavo Alberto de Aquino e Castro
Estado do Rio de Janeiro, 90

H

Henrique Fialho
Distrito Federal, 59

Henrique Graça
Estado do Rio de Janeiro, 90

Henrique João Dodsworth
Distrito Federal, 25

Henrique Jorge Rodrigues
Estado do Rio de Janeiro, 99

Honório Teixeira Coimbra
Distrito Federal, 22

I

Ivair Nogueira Itagiba
Distrito Federal, 102

J

Jacome Martins Baggi de Araujo
Estado do Rio de Janeiro, 87

João da Costa Lima Drummond
Distrito Federal, 27

João de Salles Pinheiro
Estado do Rio de Janeiro, 100

João Galvão da Costa França
Distrito Federal, 25

João Gonçalves Gomes e Souza
Estado do Rio de Janeiro, 77, 78

João Maria Nunes Perestrello
Estado do Rio de Janeiro, 99

João Pedro Saboia Bandeira de Mello
Estado do Rio de Janeiro, 84

João Polycarpo dos Santos Campos
Estado do Rio de Janeiro, 85

João Severiano Carneiro da Cunha
Distrito Federal, 59

Joaquim de Oliveira Machado Junior
Estado do Rio de Janeiro, 91

Joaquim Henrique Mafra de Laet
Distrito Federal, 67

Joaquim José Saraiva Junior
Distrito Federal, 35

Joaquim Manoel de Araujo
Estado do Rio de Janeiro, 84

José Affonso Lamounier Junior
Distrito Federal, 35

José Alves de Azevedo Magalhães
Distrito Federal, 18

Jose Antonio de Souza Gomes
Distrito Federal, 44

José Antonio Gomes
Estado do Rio de Janeiro, 79

José Antonio Nogueira
Distrito Federal, 56

José Augusto de Godoy e Vasconcellos
Estado do Rio de Janeiro, 92

José Burle de Figueiredo
Distrito Federal, 53

José Candido da Silva Brandão
Estado do Rio de Janeiro, 92

José Cesario de Miranda Ribeiro
Distrito Federal, 25

José Duarte Gonçalves da Rocha
Distrito Federal, 65

José Joaquim da Palma
Estado do Rio de Janeiro, 86

José Linhares
Distrito Federal, 45

José Luiz de Bulhões Pedreira
Distrito Federal, 30

José Maximiano Gomes de Paiva
Distrito Federal, 57

José Ovidio Marcondes Romeiro
Distrito Federal, 41

José Pamplona de Menezes
Estado do Rio de Janeiro, 80

Julião Rangel de Macedo Soares
Estado do Rio de Janeiro, 97

Julio de Barros Raja Gabaglia
Distrito Federal, 32

Julio de Oliveira Sobrinho
Distrito Federal, 65

L

Leopoldo Augusto de Lima
Distrito Federal, 46

Leopoldo Cesar de Andrade
Duque Estrada Junior
Distrito Federal, 58

Luiz Antonino de Souza Neves
Estado do Rio de Janeiro, 91

Luiz Antonio Fernandes Pinheiro
Distrito Federal, 18

Luiz Augusto de Carvalho e Mello
Distrito Federal, 38

Luiz Augusto de Sampaio Vianna
Distrito Federal, 44

Luiz da Silveira Paiva
Distrito Federal, 107

Luiz Guedes de Moraes Sarmento
Distrito Federal, 41

M

Manoel Barreto Dantas
Distrito Federal, 103

Manoel da Costa Ribeiro
Distrito Federal, 45

Manoel José de Medeiros Corrêa
Estado do Rio de Janeiro, 83

Manoel José Espinola
Distrito Federal, 20

Mario Guimarães Fernandes Pinheiro
Distrito Federal, 74

Martinho Garcez Caldas Barreto
Distrito Federal, 61

Miguel Maria de Serpa Lopes
Distrito Federal, 75

N

Nelson Hungria Hoffbauer
Distrito Federal, 68

Nestor Meira
Distrito Federal, 32

O

Octavio Antonio da Costa
Estado do Rio de Janeiro, 93

Oldemar de Sá Pacheco
Estado do Rio de Janeiro, 99

P

Pedro Augusto de Moura Carijó
Distrito Federal, 33

Pedro Francelino Guimarães Filho
Distrito Federal, 36

Pedro de Alcântara Nabuco de Abreu
Distrito Federal, 32

R

Raul Camargo
Distrito Federal, 62

Renato de Carvalho Tavares
Distrito Federal, 47

S

Salvador Antonio Muniz Barreto de Aragão
Distrito Federal, 26

Saul de Gusmão
Distrito Federal, 70

Sydenham de Lima Ribeiro
Distrito Federal, 105

Sylvio Martins Teixeira
Distrito Federal, 73

T

Tobias Dantas Cavalcanti
Distrito Federal, 105

Torquato Baptista de Figueiredo
Distrito Federal, 35

U

Ulysses de Medeiros Corrêa
Distrito Federal, 104

V

Valentim Coelho Portas
Estado do Rio de Janeiro, 97

Virgílio de Sá Pereira
Distrito Federal, 34

Vicente Ferreira da Costa Piragibe
Distrito Federal, 13, 42

Z

Zacharias do Rego Monteiro
Distrito Federal, 31

Zotico Antunes Baptista
Estado do Rio de Janeiro, 98

